



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

KATRÍCIA MILENA ALMEIDA CORRÊA

**CONEXÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL: APÓS O REMANEJAMENTO NO CONJUNTO
HABITACIONAL MUCAJÁ, EM MACAPÁ-AP.**

SANTANA-AP

2015

KATRÍCIA MILENA ALMEIDA CORRÊA

**CONEXÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL: APÓS O REMANEJAMENTO NO CONJUNTO
HABITACIONAL MUCAJÁ EM MACAPÁ-AP.**

Monografia apresentada à disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a conclusão de graduação.

Orientador: Aires Manuel dos Santos Fernandes.

SANTANA-AP

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

KATRÍCIA MILENA ALMEIDA CORRÊA

CONEXÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: APÓS O REMANEJAMENTO NO CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ EM MACAPÁ-AP.

Esta monografia foi julgada _____
pela banca examinadora da Universidade
Federal do Amapá, para obtenção do título de
Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Data: ____/____/____

Prof. Msc. Aires Manuel dos Santos Fernandes
ORIENTADOR

Prof. Msc. Pedro Tarcio Pereira Mergulhão
MEMBRO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. José Marcelo Martins Medeiros
MEMBRO DA BANCA EXAMINADORA

SANTANA-AP

2015

RESUMO

Compreender o processo de uso e apropriação dos espaços públicos e verificar a inclusão desses espaços como Habitação de Interesse Social são alguns dos fatores principais para o planejamento urbano eficaz. Sendo assim, a referida pesquisa aborda a relação entre os Espaços Públicos do Conjunto Habitacional Mucajá, com o objetivo de analisar e descrever os usos e apropriações dos habitantes nesses espaços, verificar atividades e particularidades bem como, possíveis problemáticas que influem na dinâmica urbana da área. A metodologia utilizada para o desempenho da pesquisa partiu das pesquisas bibliográficas e documentais relativas ao tema e a área em estudo e das análises que envolveram observação e levantamento de dados *in locu* por meio de aplicação de questionários, mapeamento, fotografias e croquis observacionais que em conjunto influenciaram na obtenção, interpretação e resultados da presente pesquisa. No que tange à adaptação e satisfação dos usuários do Conjunto Mucajá, verificou-se espaços públicos com potencial fragilidade, porém com possibilidades de interlocução por meio de ações públicas e planejamento urbano. Dessa forma, concluiu-se que as atividades cotidianas nesses espaços necessitam de propostas desenvolvidas através de ações participativas, para a habitabilidade satisfatória firmando assim as relações democráticas na cidade.

Palavras-chave: Espaço Público, Habitação de Interesse Social, Conjunto Mucajá.

ABSTRACT

Understanding the process of use and appropriation of public spaces and verify the inclusion of these spaces with the Social Housing are some of the key factors to effective urban planning. Thus, this research deals with the relationship between public spaces in Social Housing Conjunto Mucajá, aiming to analyze and describe the uses and appropriations of the inhabitants in these spaces, verify activities and particularities as well possible problems that affect the urban dynamics of the area. The methodology used to perform the research came from the bibliographic and documentary research related to public spaces and social housing, the area study and the analyzes involving observation and data collection *in locu* through questionnaires, mapping, photography and observational sketches that together influenced the acquisition, interpretation of the research results. Regarding adaptation and user satisfaction of the Conjunto Mucajá, there are public spaces with potential fragility, but with possibilities for dialogue through public actions and urban planning. Therefore, it was concluded that daily activities in these spaces require proposals developed through participatory actions, to satisfactory livability steadying democratic relations in the city.

Keywords: Public Spaces, Social Housing, Conjunto Mucajá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PROBLEMA	8
HIPÓTESE.....	8
JUSTIFICATIVA	8
OBJETIVOS	9
METODOLOGIA.....	9
1 O ESPAÇO PÚBLICO E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	10
1.1 O espaço público como unidade de funcionalidade, significado e valor.....	10
1.1.1 A rua e a calçada.....	13
1.1.2 A praça, o parque e os jardins.....	15
1.1.3 Os recintos, vazios ou espaços residuais	16
1.2 Conflitos nos espaços públicos	17
1.3 A Habitação de Interesse Social no Contexto Internacional.....	18
1.3.1 Um mito chamado Pruitt Igoe	18
1.4 A Habitação de Interesse Social no Brasil.....	21
1.4.1 O Conjunto Habitacional Pedregulho, no Rio De Janeiro.....	23
1.5 Críticas à atual produção da Habitação de Interesse Social no Brasil	25
2 ASPECTOS URBANOS DA ÁREA DE ESTUDO	26
2.1 Caracterização e análise de infraestrutura urbana	26
2.1.1 Localização.....	27
2.1.2 Aspectos históricos e evolutivos da área de estudo e do Conjunto Habitacional Mucajá	28
2.1.3 Aspectos climáticos, geológicos e topográficos	32
2.1.4 Uso do Solo	33
2.1.5 Gabaritos.....	34
2.1.6 Sistema Viário	34
2.1.7 Equipamentos Comunitários, Sistemas de Mobilidade e Transporte público. ...	35
2.1.8 Arborização urbana viária	37
2.1.9 Cheios e vazios	39
2.2 Legislação Urbana Pertinente.....	40
2.3 Análise S.W.O.T.....	41

2.3.1	Forças	42
2.3.2	Fraquezas	46
2.3.3	Oportunidades.....	52
2.3.4	Ameaças.....	54
2.4	Posturas dos usuários nos Espaços Públicos do Conjunto Habitacional Mucajá	56
2.4.1	Posturas e atividades dos usuários no Dia 1	57
2.4.2	Posturas e atividades dos usuários no Dia 2	59
2.4.3	Posturas e atividades dos usuários no Dia 3	62
2.5	Análise dos resultados obtidos por aplicação de questionário aos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá	64
3	O PROJETO	68
3.1	Plano conceitual urbano e suas linhas de força.....	69
3.2	Partido Urbanístico.....	72
3.3	Estudo Preliminar	74
3.4	Projeto básico e especificações	76
REFERÊNCIAS		78
APÊNDICE 1		83
APÊNDICE 2		84
APÊNDICE 3		85

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca das políticas relativas à Habitação de Interesse Social no Brasil. As inúmeras tentativas de consolidação dos direitos de moradia digna ao longo dos conjuntos habitacionais parece ser algo surreal e remoto, tendo em vista que, as sucessivas falhas estão sendo reproduzidas como uma uniformização repleta de segregação e desvalorização dos espaços públicos urbanos (BARBOSA; PESSINA; RODRIGUES, 2008).

Ao longo dos estudos o termo “espaço público” vem sendo empregado há mais de quarenta anos com muita assiduidade em diferentes setores de estudo e em distintas situações. Alguns críticos condenam crucialmente o emprego comum desse termo sem um aprofundamento, ou seja, a variedade de disseminar ambiguidades sobre a atribuição do emprego dessa expressão com um vasto significado (GOMES, 2012). Sendo assim, a referida pesquisa recorre-se a uma abordagem sobre o problema baseando-se na compreensão dos espaços públicos como aspectos físico-territoriais referentes ao planejamento urbano bem como, espaços públicos como elementos simbólicos, abstratos e de democracia. Essas considerações conduzem o trabalho a interagir em um mesmo debate científico sobre a noção, função e valor atribuídos aos espaços públicos.

No primeiro capítulo debate-se sobre argumentos baseados em conceitos teórico-científicos e físicos referentes aos Espaços Públicos englobando significados, funcionalidade, valores e uma abordagem contextual nas cidades da Amazônia. Debate-se também sobre a Habitação de Interesse Social no contexto internacional bem como, no Brasil elencando estudos de caso alusivos à temática principal deste trabalho.

No segundo capítulo direciona-se para as análises efetuadas ao longo da pesquisa: sendo elas, a análise de infraestrutura urbana existente na área de estudo; a análise por matriz SWOT; a análise de posturas dos usuários nos espaços públicos do conjunto habitacional Mucajá, e; uma verificação dos resultados por questionários aplicados ao longo da pesquisa *in locu*.

No terceiro e último capítulo, trata-se do processo projetual a partir das propostas efetuadas para os núcleos que, partem do plano conceitual até o projeto executivo, previstos para a área de intervenção destacada neste trabalho.

PROBLEMA

As cidades brasileiras, em sua maioria, bem como as cidades amazônicas, apresentam um quadro negativo em relação ao processo de remanejamento de pessoas que vivem em assentamentos precários que, por conseguinte, passam a viver em espaços públicos segregados reiterados nas Habitações de Interesse Social. Isso a princípio, pode ser definido por um afastamento no âmbito social, uma separação entre grupos ou entre sujeitos, onde a estrutura urbana se torna o palco favorável às manifestações NETTO (1999). Em Macapá, a Habitação de Interesse Social apresenta-se incoerente com os hábitos e costumes exercidos por seus respectivos usuários que evidenciam uma ausência estrutural e qualitativa significativa nos espaços públicos em que foram inseridos. Dessa forma, indaga-se:

Em que sentido os espaços públicos do Conjunto Habitacional Mucajá, em Macapá, se encontram em situação de segregação e de fragilidade urbana?

HIPÓTESE

Os espaços públicos adjacentes ao Conjunto Habitacional Mucajá, em Macapá-AP podem encontrar-se em situação de segregação e fragilidade urbana, em decorrência da falta de políticas públicas atreladas ao planejamento urbano e ações sociais. Todas essas ações possuem a capacidade de promover a integração entre habitação e espaço público, além da inserção de estruturas e infraestruturas comunitárias para o desenvolvimento dos habitantes dessas áreas. Vale ressaltar que, um planejamento urbano estratégico e eficiente tem a capacidade de resolução de muitas problemáticas urbanas pertinentes às áreas com um grau de fragilidade urbana considerável.

JUSTIFICATIVA

Quanto ao tema, é relevante contribuir em pesquisas sobre os espaços públicos vinculados às habitações de interesse social e à elaboração de estratégias eficientes relativas à integração dos mesmos com o tecido urbano da cidade. Além disso, essa temática se torna ainda mais pertinente quando se objetiva dotar esses espaços de mais vivência e mais dignidade, rompendo as barreiras da habitação, aproximando os usuários dos espaços coletivos, gerando uma receptividade urbana, uma maior qualidade no habitar. Tudo isso para

que, no futuro seja possível a elaboração de projetos condizentes com valores e hábitos locais, bem como Habitação de Interesse Social na Amazônia.

Em relação ao local, verificamos que, a escolha da área fez-se pelas sequenciais problemáticas, as quais assolam com grande potencialidade os habitantes. Sendo assim, o Conjunto Mucajá hoje é alvo de muitos impasses, provenientes da falta de planejamento que, levam ao descaso, à fragilidade ambiental, aos conflitos no convívio e na dinâmica urbana, fatos estes que, o referido trabalho aborda com debates e pesquisas científicas.

OBJETIVOS

Geral: Estudar o uso e a apropriação dos espaços públicos concernentes à área de Habitação de Interesse Social pertinente ao Conjunto Habitacional Mucajá, em Macapá-AP e propor diretrizes (programa de necessidades) e intervenções projetuais de caráter urbanístico.

Específicos: Coletar, comparar e analisar dados qualitativos e quantitativos sobre os espaços públicos e seus usos na área do Conjunto Mucajá; Estudar os espaços públicos, Habitação de Interesse Social, legislação pertinente; Descrever sobre espaços públicos relacionados à HIS e; Contribuir com projeto urbanístico e paisagístico para a área de intervenção como concretização dos ideais da pesquisa.

METODOLOGIA

A referida pesquisa possui cunho bibliográfico, exploratório e de campo. Recorrendo-se assim aos seguintes procedimentos metodológicos: Levantamento bibliográfico sobre Espaço Público e Habitação de Interesse Social, Planejamento Urbano e Estudos de Caso; Estudo da área in locu, com aplicação de questionários e observação participante; Análise e tratamento dos dados levantados, cruzando dados qualitativos e quantitativos; Redação dos resultados encontrados, com descrição detalhada do uso e apropriação dos espaços públicos no Conjunto Habitacional Mucajá.

1 O ESPAÇO PÚBLICO E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 O espaço público como unidade de funcionalidade, significado e valor.

A urbe é o lugar criado pela vontade do homem que nela impõe as parcelas de suas decisões transformadoras. É também o espaço de um aglomerado de imposições sociais marcadas por desafios e oportunidades materializados nas dimensões espaciais que, segundo Corrêa (1989) é originado de complexo conjunto de usos da terra, ou seja, a organização espacial da cidade resulta numa concepção de espaço urbano que, por vezes apresenta-se fragmentado e ao mesmo tempo articulado pelas relações espaciais e de usos que o faz existir (proprietários dos meios de produção, fundiários, imobiliários, estado e grupos sociais).

“O espaço também é tratado como um fato da natureza, "naturalizado" através da atribuição de sentidos cotidianos comuns. [...]” (HARVEY, 2011, p. 188). Esses cotidianos transfiguram a cidade como palco das manifestações que resultaram em espaços mutáveis ao longo dos anos, entretanto, essas mutações têm plantado em estudiosos e habitantes várias inquietações em relação à dinâmica das partes que compõem o espaço urbano e, por conseguinte, na função dos espaços públicos, como generalidades constituintes do espaço urbano.

Ramalho (2004) expõe que, atualmente há certa exigência coletiva em relação a uma melhor qualidade de habitabilidade no ambiente urbano, dos novos métodos de organização e planejamento, de reestruturar as áreas que hoje se encontram degradadas, assim como outros casos que nascem das vontades de uma sociedade com novos padrões culturais e de ocupação. E quando adentramos na discussão sobre os espaços públicos, vemos que os fatores têm evidenciado a imprescindibilidade de melhorar a função desses elementos na urbe, principalmente na revitalização dos centros urbanos e da necessidade de junção deles com as áreas periféricas ou desestruturadas do tecido da cidade.

Numa realidade complexa e diversa como é a Cidade, o "espaço público" tem ainda um papel estruturante e vertebrador do seu território, entendido como o espaço físico e as funções urbanas que nele se processam. Reestruturar a Cidade com o "espaço público" é garantir continuidades, é relacionar as funções que cada "espaço público" específico possui, é incluir na Cidade as áreas segregadas. (RAMALHO, 2004, p. 10).

Assim sendo, o espaço público como artifício tradicional de vida pública é um dos elementos que produzem e qualificam as cidades, condizendo como lugar de circulação,

comércio, recreação e encontro na condição cotidiana dos habitantes. Manuel Delgado (1999) afirma que: se o território é um lugar construído, o espaço é acima de tudo, um lugar praticado, dessa maneira vemos que o espaço público é produto construído ao longo da história, seja por surgimento irracional, ou por determinação daqueles que transfiguram a vida urbana nas cidades.

O espaço público expressa a democracia em sua dimensão territorial. É o espaço de uso coletivo. É o âmbito em que os cidadãos podem (ou deveriam) sentirem-se cidadãos, livres e iguais. É onde a sociedade é encenada, representada, como coletividade que convive, que mostra sua diversidade e suas contradições e expressa suas demandas e seus conflitos. É onde se constrói a memória coletiva e se manifestam as múltiplas identidades e fusões em processo. O espaço público democrático é um espaço expressivo, significativo, polivalente, acessível, evolutivo. É um espaço que relaciona as pessoas e que ordena as construções, um espaço que marca o perfil próprio dos bairros ou zonas urbanas e a continuidade das distintas partes da cidade [...] (BORJA, 2011, p. 39).

Partindo para uma abordagem mais específica sobre a função do espaço público no âmbito urbano, observamos que este refugia uma tipologia de atividades a partir de seus papéis determinantes dos quais consideramos: as vias, as praças, os jardins, os parques, os equipamentos públicos urbanos e até mesmo áreas de preservação ambiental. Todas essas infraestruturas participam da disposição espacial dos métodos habituais da população em um sistema de práticas urbanas. Essas considerações nos dão a base para um entendimento mais concreto sobre a concepção de espaço público e, sobre esta ótica, o autor Philippe Panerai (2006) afirma que o espaço público designa a conjunto das vias, bulevares, largos e praças, passeios, cais e pontes, assim como os rios e canais que estão associados a uso, apropriação e permanência da coletividade. Por outro lado:

Os espaços livres também são simbolicamente importantes, pois se tornam objetos referenciais e cênicos na paisagem da cidade, exercendo importante papel na identidade do bairro ou da rua. Quem nunca usou a "pracinha" ou a "grande árvore florida" próxima à sua casa como referência para indicar um caminho ou trajeto? São ainda objetos de embelezamento urbano, resgatando a imagem da natureza na cidade. Os espaços verdes e ajardinados são progressivamente associados a oásis em meio à urbanização maciça (MACEDO; ROBBA, 2002, p. 45).

Borja (2006) ainda ratifica que os espaços públicos acrescentam na vivência urbana, outros três aspectos importantes que refletem na constituição da cidade, sejam eles:

1. Criar âmbitos de segurança;
2. A proximidade nas relações sociais;
3. O bom ambiente, o ambiente cidadão, a qualidade do entorno.

Além disso, os usos e apropriações permitem identificar os atributos funcionais básicos dos espaços públicos urbanos, ou seja, se neles há convívio e contato, movimento, contemplação, descanso, cultura, comércio e serviços significativos. Funções estas que simultaneamente podem resultar na permanência dos usuários nos referidos ambientes e, por conseguinte, direcionar para um melhor planejamento e gestão destas atividades nesses espaços.

Além dos valores funcionais e simbólicos que os espaços públicos acrescentam na cidade, Macedo e Robba (2002) ratificam que, existem também os valores ambientais atribuídos aos espaços livres urbanos principalmente quando se tem cidades com um alto nível de problemas ambientais que têm se agravado ao longo dos anos. Desse modo, esses valores agregados nos espaços públicos contribuem para:

- Colaborar na ventilação e na qualidade do ar nas áreas urbanas, pois hoje as grandes cidades sofrem com elevados coeficientes de poluição do ar, o que torna imprescindível que os espaços livres urbanos tenham boa circulação de ar, dispersando os poluentes causadores de doenças.
- Desempenho da insolação de espaços muito adensados.
- Auxílio no equilíbrio da temperatura, pois a vegetação arbórea auxilia no sombreamento de vias, praças e recintos que não irradiam tanto calor quanto o asfalto, concreto e outras superfícies desérticas.
- Subsidiar na drenagem de águas pluviais com superfícies permeáveis, pois estas absorvem as águas das chuvas e tornam mais lenta a velocidade de escoamento dessas águas através das espécies vegetativas.
- Conter o terreno contra a erosão, evitando deslizamentos ou desmoronamentos de terra pela utilização de barreiras vegetais.

Além dessa visão mais técnica, vale ressaltar que cada componente constituinte do espaço público não esvaneceu sua relevância na formulação urbana, já que é carregado de tradicionalismo proveniente das atividades exercidas em vida pública que acompanham a evolução da cidade desde seus primórdios até sua reprodução na contemporaneidade, mesmo acompanhado de inquietações e transformações constantes na vida urbana.

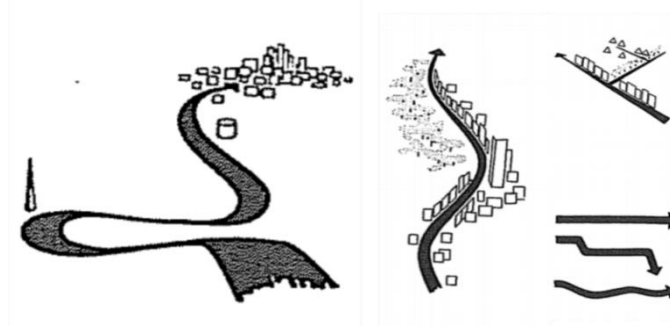
Nas últimas décadas, em um contexto de fluxos globais, o espaço público é considerado o lugar das oposições - carros x pedestres, estacionamentos x espaços livres, mobiliário urbano x pedestres, painéis publicitários x perspectivas panorâmicas -, do vazio, do afastamento do convívio social, do perigo e da violência, do distanciamento entre arquitetura e cidade. (ALBERNAZ, 2007, p. 42)

Ao mesmo tempo, temos a questão da acessibilidade, a qual se tornou um dos campos mais discutidos pelas políticas públicas quando colocada à interação total e igualitária dos transeuntes nesses espaços públicos urbanos.

1.1.1 A rua e a calçada

A rua sempre desempenhou o papel do civismo nas cidades. O papel do espaço urbano relativo aos aspectos da coletividade evidencia a rua como palco principal das manifestações cotidianas, da identidade puramente essencial da cidade que determinam a qualidade de vida nos espaços públicos, da funcionalidade, das representações sociais e simbólicas. A rua é então um espaço de vivências. Além disso, em uma abordagem relativa à forma e imagem desses espaços, Lynch (2011) explica que as vias, funcionam como uma trama de linhas habituais ou potenciais de circulação que por meio do complexo urbano atua como um íntegro incentivador para ordenamento do todo. Em relação às vias principais, estas devem apresentar certa característica singular que as distinga de canais de circulação circundantes: um agrupamento de alguns usos ou atividades que acompanham as margens; um atributo espacial distintivo; textura ou aspecto do pavimento viário; da iluminação; da vegetação e até mesmo os sentidos pelos sons ou cheiro.

Figura 1: diagramas viários por Lynch.



Fonte: Kevin Lynch, 2011.

Dessa forma, a rede viária se conforma no espaço urbano de forma contínua e hierarquizada; isso quer dizer que uma rua principal organiza uma porção de elementos edificantes englobados nas macroparcelas de uma área, bairro ou zona.

Jacobs (2000) também descreve outro aspecto categórico das vias, aspecto este que, é determinante para a permanência dos transeuntes nos referidos espaços públicos. Sendo assim:

“Uma rua com infraestrutura para receber desconhecidos e ter a segurança como um trunfo devido à presença deles – como as ruas dos bairros prósperos – precisa ter três características principais: 1) Deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e o privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais. 2) Devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. 3) A calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios a observar as calçadas.” (JACOBS, 2000, p. 35,36).

Essas três características principais descritas por Jacobs ratificam que, há a necessidade de criar e manter espaços públicos que ofereçam a segurança cotidiana e que os usuários possam dispor de uma melhor qualidade na dinâmica urbana das cidades.

Figura 2: Rua XV de Novembro em Curitiba (Rua das Flores), Paraná.



Fonte: <http://www.parquesepracasdecuitiba.com.br>

Na figura acima visualizamos a Rua XV de Novembro, a principal via da cidade de Curitiba, conhecida como Rua das Flores, a qual foi palco de muitos acontecimentos históricos na cidade (visita de D. Pedro II e manifestações políticas). A rua converteu-se em um extenso calçadão que engloba uma série de edificações históricas, bares e conta com um mobiliário urbano peculiar (floreiras, bancos, luminárias antigas, bancas de jornal) que acolhe positivamente os transeuntes os quais observam a via como um lugar de permanência e de segurança (IPPUC, 2012).

A calçada por sua vez, também desempenha papel de espaço público, diferentemente do eixo viário dotado de fluxos muitas vezes intensos e perigosos, pelos veículos motorizados de alta velocidade, a calçada se porta de maneira bem mais receptiva, acolhe as relações e se torna quase que exclusivamente dedicada aos pedestres. Jacobs associa as calçadas às atividades cotidianas, afirmando assim que um jantar comemorativo qualquer assemelha-se à vida social nas calçadas, justamente pelo fato de serem públicos, pois “reúnem pessoas que não se conhecem socialmente de maneira íntima, privada, e muitas vezes nem se interessam em se conhecer dessa maneira” (2000, p.59).

Sendo assim, rua e calçada além de simultaneamente funcionarem como elementos estruturantes da urbe (fluxos de usuários, de mercadorias pelo capital), desempenham papéis básicos que criam a urbanidade cotidiana de vivificar socialmente esses espaços e que ao longo dos anos têm se consagrado como lugar de experiências compartilhadas.

1.1.2 *A praça, o parque e os jardins*

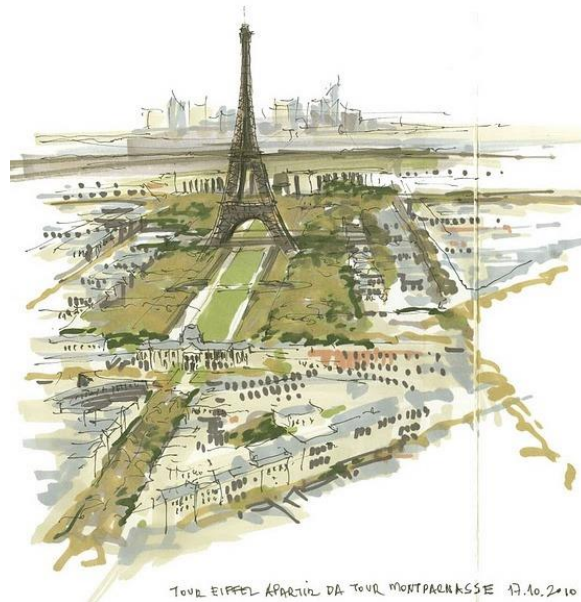
Assim como a tradição construída pelas ruas nas cidades antigas, a praça, os parques e os jardins públicos sempre desempenharam funções análogas na constituição urbana. Esses elementos foram criados como equipamentos urbanos para acolher atividades recreativas, de lazer e de socialização dos habitantes, distinguindo integralmente a paisagem urbana da urbe. Assim a praça e os parques formam um conjunto de espaços atrativos e privilegiados que agregaram significado ao longo de sua existência.

Na atualidade, é comum encontrarmos livros e publicações que resgatam a força cívica das ágoras gregas e dos fóruns romanos ou que demonstram a vitalidade da praça medieval europeia como o grande espaço não oficial e polivalente de manifestação popular. As *piazze* italianas, as *places royales* francesas, as *plazas mayores* espanholas e as *squares* inglesas também são frequentemente objeto de estudos sobre a formação do espaço público urbano e estão normalmente associadas ao ideal máximo de praça pública. (ROBBA, 2002, p. 15)

A partir da vontade política, esses equipamentos foram implementados para mostrar a dimensão do poder político dos grandes governantes das cidades, como a cidade de Paris, por exemplo, que, ao longo dos anos tem um forte legado por englobar centenas de praças e parques, implementados pelo Plano de Paris de Haussmann (1850-1860), ambos cheios de representatividade para o próprio país bem como, no âmbito internacional impulsionado pelas atividades turísticas. Sendo assim, no que tange a essa monumentalidade, Ângelo Serpa diz que “os parques sempre cumpriram o papel de ‘emblemas’ do poder, mobilizando recursos

consideráveis para sua concepção e implantação. Eles são vitrines e signos ostentatórios dos poderes constituídos, sem os quais não podem existir.” (2013, p. 70).

Figura 3: Jardim Champ de Mars, em Paris.



Fonte: Eduardo Barboza, 2010. Disponível em: melhorlugar.blogspot.com

Sendo assim, numa abordagem mais generalizada, as praças, os parques e jardins, apesar de adquirirem aspectos peculiares e exibirem uma disparidade morfológica, possuem um elemento em comum, o caráter espacial de coletividade, ambiente de manifestação, de cerimônias e culturas, favorável ao intercâmbio social. (CALDEIRA, 2007).

1.1.3 Os recintos, vazios ou espaços residuais

Quando nos referimos aos recintos, vazios e espaços residuais componentes do tecido urbano das cidades nos referimos às espaços perceptivelmente abertos em suas delimitações, na maioria, sem a presença de massa edificada ou do adensamento das mesmas. Entretanto, podemos considerar também que essas áreas apresentam um grau de ociosidade perante a dinâmica urbana que as cercam, consideradas muitas vezes como lacunas vazias fragmentadas nos espaços públicos urbanos.

Nas cidades contemporâneas, os recintos, vazios e espaços residuais urbanos, apresentam-se em um contexto genuinamente fragmentado, gerando inquietações com relação ao juízo de sua função, modos de uso e apropriação na configuração urbana das cidades. A complexa rede de crescimento e reformulação do tecido urbano deixa os espaços vazios ou espaços de interstício cada vez mais abdicados (principalmente pela desvalorização por meio

do capital) conduzidos aos desusos, que poderiam ser convertidos em potencialidades com o auxílio do planejamento e projeto urbano, tornando essas áreas, locais estruturantes e consolidados por atividades que acolhessem a população (SOUZA, 2012).

De acordo com Borde (2010) as intervenções urbanas são uns dos maiores fatores geradores dos vazios urbanos, uma vez que são impulsionadas por questões jurídicas relativas aos processos fundiários, onde essas áreas que, constituem os vazios urbanos são de posse de governos ou entidades privadas, muitas vezes alvos de especulação que tornam mais lento o processo de apropriação das referidas zonas.

1.2 Conflitos nos espaços públicos

Os conflitos nos espaços públicos urbanos refletem a heterogeneidade nos modos de apropriação bem como, na diversidade de interesses vinculados aos indivíduos que atuam nesses espaços. Deste modo, explanamos aqui alguns contributos que geram a informalidade tão crescente nos dias de hoje, de forma a entender seu princípio e finalidade.

Quando falamos em disparidades na cidade, rapidamente compreendemos que os espaços públicos são repletos agentes com múltiplas vontades e interesses distintos. Nesse contexto, esses espaços transfiguram-se em lugares de pluralismo identitário de maneira intrinsecamente relacionada uns com os outros, formando uma rede constante de contatos e discussões. Entretanto, na atualidade essas redes tem se emaranhado cada vez mais no tecido urbano, gerando conflitos e potenciais disfunções nos espaços públicos da urbe. (ASSIS, 2011).

A privatização dos espaços públicos urbanos é um dos conflitos que têm alcançado grandes proporções nos últimos anos. Segundo Serpa (2013) a privatização dos espaços livres de uso público já é considerada um verdadeiro problema que atinge a coletividade sem distinção de classes, como por exemplo, os condomínios ocupando áreas de lazer, instituições de ensino estendendo seus muros mais longe, comércio informal ocupando passeios públicos, atividades que levam esses espaços ao individualismo e aos conflitos pela disputa do espaço, provocados principalmente pelo capital.

Esses conflitos tanto de interesse público ou privado afastam as relações de pertencimento entre os indivíduos e os espaços. A vivência então se torna uma disputa, travando lutas no espaço para legitimar suas identidades, enfraquecendo as relações sociais e plantando disparidades ao longo das cidades.

1.3 A Habitação de Interesse Social no Contexto Internacional.

A questão habitacional no contexto internacional começou a ser discutida com o fim da 1ª Guerra Mundial bem como, fim da "belle-époque", onde a política interna e econômica imerge em uma potencial crise. Posteriormente, o crescimento populacional alcança grandes proporções, fato resultante dos fluxos migratórios que geravam a construção de abrigos temporários irregulares para aqueles que não tinham moradia. A indústria, por sua vez, entra em colapso e paralisa suas atividades, pois não havia mão de obra qualificada o suficiente assim como, materiais de construção para a produção de moradia para suportar o contingente populacional na época. Nos anos de 1925, houve um aumento no número de matrimônios e com isso, o crescimento populacional acelerou, necessitando de mais habitações, suscitando na expansão urbana das cidades mundiais. (ABIKO; BRUNA; SPINOLA, 2008)

Com o surgimento do Movimento Moderno, os CIAMs abordaram o tema da habitação, apresentando projetos destinados a essa temática além de palestrantes que abordavam a referida questão, dentre eles: Walter Gropius que falou sobre a habitação mínima, assim como Victor Bourgeois que na época era diretor do departamento de habitação social em Bruxelas, falou sobre os parâmetros mínimos da habitação e Hans Schmidt que falou das posturas em favorecimento da Habitação de Interesse Social. (ESKINAZI, 2008)

Na Alemanha, Holanda, Inglaterra e E.U.A, a questão da descentralização urbana ganhou espaço dando oportunidade de crescimento para cidades pequenas, onde também foram construídas as habitações para os operários e trabalhadores. Após a 2ª Guerra Mundial a habitação popular europeia bem como a americana, receberam parâmetros normativos no que tange a habitação mínima e com o apoio da comunidade, os planos urbanísticos tiveram palco de atuação gerando o desenvolvimento da temática.

Atualmente a maioria dos países de primeiro mundo tratou a questão da Habitação de Interesse Social com muita relevância e vontade. Além disso, o debate contemporâneo sobre a sustentabilidade também se integrou aos projetos habitacionais, somando a eles a qualidade, o conforto e eficiência energética na geração de moradias e espaços mais ecológicos.

1.3.1 *Um mito chamado Pruitt Igoe*

O conjunto habitacional Pruitt Igoe, projetado por Minoru Yamasaki (mesmo idealizador do World Trade Center) nos anos 50, em Saint Louis no estado do Missouri, foi

um marco da Arquitetura Moderna mundial, mais especificamente uma representação marcante do modernismo tardio implantado nos Estados Unidos.

Figura 4: Vista do conjunto Pruitt Igoe, em St. Louis nos EUA.



Fonte: www.archdaily.com.br

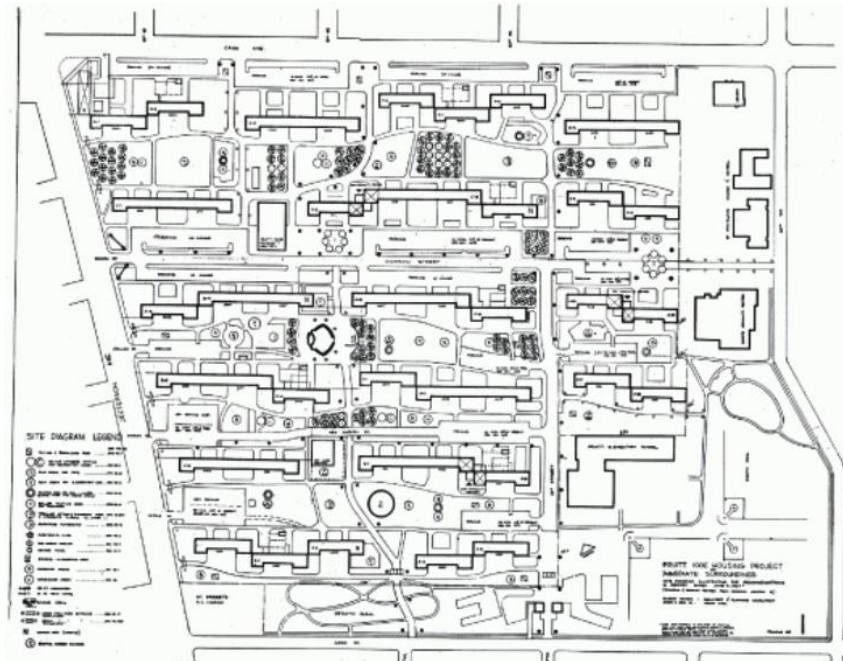
A cidade de Saint Louis, no estado do Missouri, passava por uma intensa crise ocasionada pelo desenfreado crescimento populacional (fluxos migratórios) e pela ausência de políticas públicas e assistencialistas que originaram periferias com altos índices de pobreza e marginalização ao longo da cidade americana. Desse modo, a prefeitura passou a agir na demolição das favelas, substituindo-as por edifícios comerciais e pela classe média e teve ainda, como proposta, a construção de um grande conjunto habitacional denso para recepcionar a população menos abastada da época, surgindo então, o Pruitt Igoe. (RUCHAUD, 2011).

Essa monumentalidade criada por Mies van der Rohe causou grande admiração na época onde se começava a pensar na habitação de interesse social, essa imponência foi trazida pelo arquiteto de modo a reforçar a estética moderna do período e na consolidação de uma política habitacional americana. Sendo assim, Irazábal nos explica que:

O Pruitt Igoe era uma construção alta, um projeto de moradia para pessoas de baixa renda, feito para substituir as envelhecidas casinhas enfileiradas. O complexo era formado por 35 blocos de onze andares, num terreno de aproximadamente 24 hectares, acomodando cerca de 15.000 pessoas. Ruas convencionais, jardins e espaço semiprivativos foram substituídos, neste complexo, por ruas separadas para a circulação veicular e de pedestres, e também por espaços separados por diferentes

funções como playground, área de lavanderia e creche. O estilo arquitetônico purista do PI tinha propósito de influenciar o comportamento de seus habitantes, supostamente propiciando uma conduta virtuosa. Este objetivo era influenciado pelo determinismo ambiental, com a ideia de que a arquitetura e o planejamento apenas, tidos como meras respostas físicas a problemas sociais complexos, poderiam superar tais problemas e transformar a sociedade. (IRAZÁBAL, 2003, p. 11)

Figura 5: Implantação do conjunto habitacional Pruitt Igoe.



Fonte: www.archdaily.com.br

O conjunto passou a ser habitado em 1954, contudo, logo não tardou para que uma variedade complexa de problemas surgisse no local. Um dos problemas a discutir aqui, trata-se do grande preconceito que os americanos detinham na época contra os conjuntos habitacionais, pois o Pruitt Igoe era um conjunto que atendia, em grande parte, negros e pobres, provenientes das favelas da cidade do Missouri, que eram considerados como antiamericanos. Vale ressaltar que, a população branca de baixa renda também foi crescendo no conjunto, ocasionando assim, inúmeros conflitos raciais. Além disso, podemos citar que o setor imobiliário não havia o conjunto com bons olhos, do ponto de vista da rentabilidade, apenas o viam como um fracasso do setor imobiliário e da propriedade privada, pois só rendiam no período de sua construção e não depois dele, já que a população pagava alugueis consideravelmente baixos (pelo ponto de vista do setor imobiliário) uma vez que era de baixa renda. (MARQUES, 2013, p. 10)

Figura 6: Pruitt Igoe sendo implodido em 1972.



Fonte: www.archdaily.com.br

Outro ponto a ser citado, trata-se dos incontáveis problemas estruturais e de manutenção do conjunto, onde surgiam rupturas nas instalações de gás e água, depredação dos espaços públicos e da própria estrutura dos prédios. Somado a isso tudo, os habitantes se encontravam em situação de descaso e abandono numa monumentalidade moderna contraditória do ponto de vista de se trazer a funcionalidade dos edifícios como um dos temas mais frisados nos CIAMs. Desse modo, o conjunto entrou em colapso e em 1969, com a realização de uma greve promovida pelos moradores, o conjunto foi implodido pelo governo em 1972 e tornou-se um mito quando discutida a função dos conjuntos habitacionais de interesse social no mundo. (HELM, 2012)

1.4 A Habitação de Interesse Social no Brasil.

No Brasil, o crescimento populacional impulsionado pelos fluxos migratórios do campo para as grandes cidades acarretou muitos problemas direcionados aos núcleos urbanos, e, por conseguinte gerou um déficit habitacional a proporções preocupantes. Ao longo desse acontecimento, na década de 40 foram proferidos alguns discursos relativos à questão habitacional no Brasil, dentre eles, destaca-se do atual presidente da República na época, Getúlio Vargas, proferido em novembro de 1938.

O discurso antecede a elaboração dos projetos e construção dos grandes conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões realizados, sobretudo, nos anos 40. Mostra que os partidos arquitetônicos e as preocupações presentes na intervenção habitacional realizada pelos IAPs, neste período, não foi apenas resultado de decisões pessoais, tomadas por técnicos dos Institutos ou do Ministério

do Trabalho, mas nasceram de uma reflexão presente no próprio núcleo de poder do Estado Novo. (BONDUKI, 2012, p.981).

Sendo assim, o governo Vargas tornou-se o precursor na implementação da Habitação de Interesse Social no Brasil, partindo de políticas que passaram a olhar e debater mais sobre os aspectos econômicos que movimentavam o país, e a habitação nesse caso, tornou-se alvo para a consolidação de um mercado habitacional, na produção de moradias para os trabalhadores. A partir desse impulso, surgiu o Decreto-Lei do Inquilinato de 1942, instituindo as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que a partir de 1937 passaram a produzir a habitação social, e posteriormente com o surgimento da Fundação da Casa Popular (1946), a questão da moradia ganhou mais relevância nos debates.

Com a crise da moradia nos anos 40, Vargas tratou das questões de financiamento da moradia com o auxílio do governo, instigando a participação do setor privado no ramo, gerando altas taxas de acumulação pelo capital, por parte das empresas que se destinavam à construção das moradias.

Vale ressaltar que os objetivos da Fundação da Casa Popular propunham ações magnificamente vastas, evidenciando certa ambição em atuar nesse ramo, pois se nomeava a financiar além da moradia, a infraestrutura, o saneamento, o material de construção, e os técnicos para trabalhar na pesquisa habitacional, entretanto, a falta de recursos entre outros contributos atrapalharam o objetivo da fundação e não a instauraram como política de fato, obtendo assim, certo fracasso.

Bonduki (2008) afirma que a partir de 1964, o estado materializa sua função de colaborador na produção de habitacional para a população de baixa renda e, com isso, cria e estrutura políticas das quais citamos o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Nacional de Habitação (SFH) que juntos passaram a desenvolver os planos de atuação relativos à habitação no país. A atuação desses dois órgãos destinados aos problemas habitacionais auxiliou na produção dos conjuntos habitacionais, concretizando-os como habitação popular em todo o país, por outro lado, possuía uma produção inteiramente padronizada no que tange aos parâmetros arquitetônicos, despreocupados com a qualidade da habitação para os usuários. A respeito dessa produção, Maricato afirma que:

A nova Política Nacional de Habitação levou em consideração a necessidade de ampliar o mercado privado para a classe média e ampliar o subsídio, por meio de políticas públicas, à população cuja renda se encontra abaixo de cinco salários mínimos, onde se concentra 92% do déficit habitacional brasileiro. A maior parte

dos recursos aplicados pelo governo federal nos últimos dez a quinze anos, e também durante a vigência do BNH, priorizou a população com rendas acima dessa faixa. Entre 2003 e 2006 o governo federal investiu, por meio da Caixa Econômica Federal, 32 bilhões de reais em habitação, revertendo o quadro negativo anterior. Mais de 70% desses recursos foram destinados à população de baixa renda. (MARICATO, 2007, p. 2).

Ainda assim, Maricato (2007) afirma que a questão legal e jurídica também se consolidou após treze anos de tramitação, com a aprovação da lei 11.124 ou FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social). O FNHIS por sua vez, estabeleceu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social que passou a englobar estados e municípios com a moradia social. A partir dessas ações, os planos de habitação municipais e de infraestrutura como os de saneamento e de rede viária, por exemplo, ganham atenção, principalmente com o surgimento do PAC, lançado em 2007 e do programa Minha Casa, Minha Vida (2009) ambos implementados nas gestões recentes do Governo Federal.

1.4.1 O Conjunto Habitacional Pedregulho, no Rio De Janeiro.

O arquiteto Afonso Eduardo Reidy foi um dos principais protagonistas da Arquitetura Moderna no Brasil, dentre suas principais obras, destaca-se: o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes ou Conjunto Pedregulho construído no Morro do Pedregulho, na região de São Cristóvão, no Rio de Janeiro (ver figura 7). A duração da obra foi de 1946 a 1952.

Figura 7: Conjunto Habitacional Pedregulho, Rio de Janeiro.



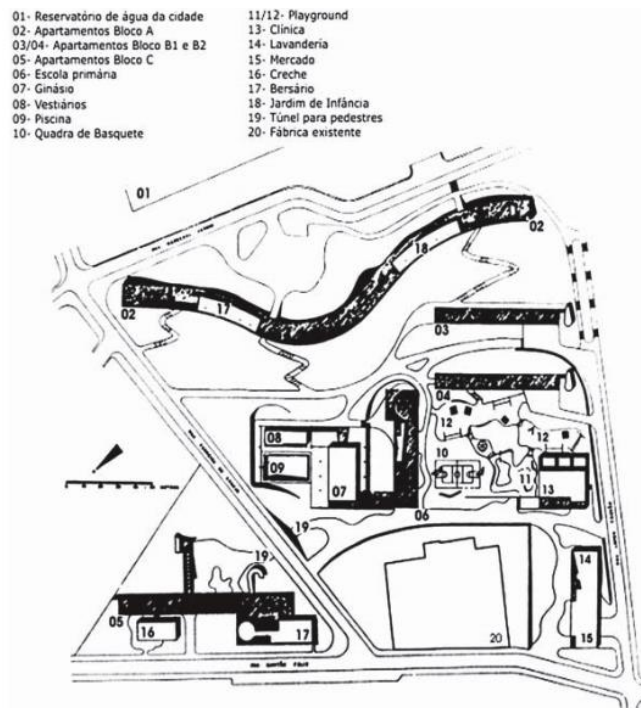
Fonte: www.au.pini.com.br.

Reidy na época possuía o cargo de chefe do Setor de Planejamento do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal. Com isso, surgiu a oportunidade de materializar seus conhecimentos englobando a temática da habitação popular somada à estética modernista brasileira, que resultaram numa concepção arquitetônica referencial não só para o modernismo, mas para a arquitetura do país, em geral. O conjunto na época era destinado às

classes trabalhadoras e instituiu-se como uma das obras iniciais de construção de conjuntos habitacionais no Brasil, admitindo a vontade de fornecer a habitação digna à essa camada e sendo considerada, uma espécie de porta-voz que promulgava a habitação social e coletiva no país. (SILVA, 2005)

Segundo Eskinazi (2008) O Conjunto Pedregulho iniciou suas obras em 1947, a comando da engenheira civil Carmem Portinho, que na época era diretora do DHP, a engenheira acompanhou toda materialização do projeto de Reidy e atuou também fiscalizando a obra. Sendo assim, o projeto é formado por três edifícios para a habitação, onde o primeiro é o serpenteante de 7 pavimentos sobre pilotis, situado na parte mais elevada do terreno – bastante adaptado à topografia – e dois outros edifícios habitacionais menores localizadas no alicerce do morro.

Figura 8: Implantação e programa arquitetônico do Conjunto Pedregulho.



Fonte: www.vitruvius.com.br

Todos os edifícios que incorporam 328 unidades habitacionais. Somado aos três blocos habitacionais têm-se mais quatro edifícios de equipamentos comunitários: posto de saúde, lavanderia mecanizada, mercado, escola, ginásio, vestiários e piscina, que em conjunto dão suporte aos moradores do conjunto. É importante ressaltar também que, o projeto teve a ajuda de Roberto Burle Marx com o projeto paisagístico, além dos painéis de azulejo, contribuições artísticas de Cândido Portinari e Anísio Medeiros.

Esta intenção de Reidy é claramente percebida ao analisar a implantação das edificações da escola, do posto de saúde e do bloco B de residências. Juntas, estas edificações conformam um espaço central onde se instala a praça do conjunto, que é a principal área de lazer do projeto. O “coração” da unidade de vizinhança ou do espaço público foi definido a partir da implantação dos edifícios que foram distribuídos segundo uma simples e eficiente regra compositiva. (SILVA, 2005, p. 2)

A obra de Reidy representou um grande exemplo na temática da habitação popular no Brasil, pois materializou princípios que ultrapassavam a habitação isolada, demonstrando assim, a integração coletiva entre os elementos comunitários e os espaços públicos.

1.5 Críticas à atual produção da Habitação de Interesse Social no Brasil

Ao longo da implantação dos conjuntos habitacionais pertinentes e gerenciados pelos programas PAC e Minha Casa, Minha vida, do Governo Federal têm propiciado nos últimos anos, a geração de muitas críticas e indagações relativas à produção contemporânea da HIS: das suas condições até a produção social da moradia no país. Bonduki (2008) afirma que é necessário evidenciar a catástrofe das intervenções arquitetônicas e urbanísticas realizadas nos últimos anos. Dentre as falhas do poder público se destaca a preferência de implantar os conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, que geram verdadeiros bairros dormitórios; a clara disparidade entre os projetos habitacionais e a política urbana veiculada nos programas, além do total abandono da qualidade projetual da moradia, motivando o surgimento de uma uniformização habitacional vernacular, sem preocupação estética, padronizadas e despreocupadas com a condição da moradia, com a vinculação ao tecido urbano e com a consideração ao ambiente físico. É importante frisar também que o BNH desconsidera as particularidades regionais de um país colossal como Brasil bem como, seus aspectos culturais, ambientais e urbanos. A extensão desse problema evidencia que a questão habitacional não se resolve apenas com a construção de novos conjuntos, mas sim com a atuação conjugada das políticas urbana, fundiária e de saneamento, que devem obrigatoriamente ser providas pela esfera pública evitando assim, o crescimento de favelas urbanizadas no país.

Figura 9: Conjunto Habitacional Oscar Freire em Macapá.



Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá, 2014.

Ao se discutir sobre a produção social da moradia no Brasil, evidenciamos que não se discute apenas a questão da construção das habitações ou do processo vinculado à esfera pública, mas sim de uma nova organização de valores e processos vinculados aos indivíduos, da inclusão e do incentivo à vida coletiva nos conjuntos habitacionais de interesse social.

Hoje, muitas cidades brasileiras que, foram alvos dos programas habitacionais para baixa renda, enfrentam muitos problemas, os valores comunitários, por exemplo, se tornaram meros coadjuvantes nas políticas públicas atuais. As famílias, atualmente vivem reprimidas em conjuntos habitacionais que não oferecem margens para o desenvolvimento econômico sequer social, uma vez que não fomentam projetos além do já existente. A comunidade afunda ainda mais na desigualdade, longe dos olhos dos restritos investimentos públicos que não apoiam a economia popular e as pequenas iniciativas de geração de renda locais para aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho. O resultado é o desestímulo e estreitamento na vida coletiva. (BARBOSA; PESSINA; RODRIGUES, 2008)

2 ASPECTOS URBANOS DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 Caracterização e análise de infraestrutura urbana

Quando estudamos uma área, devemos ir além de documentações citadas, mas sim observar como funciona o universo urbano do local bem como, a relação entre todos os elementos que compõem esse espaço. Desse modo, a análise urbana surge como um método de pesquisa para captar particularidades e possíveis problemas urbanos aferidos ao objeto.

Panerai (2006) articula que, em virtude da complexidade, a análise urbana surge como uma compreensão da cidade contemporânea, através da descoberta e da comparação, registrados em um croqui ou em uma simples caminhada. Sendo assim, foi executada a análise dos elementos urbanos da área de estudo, cuja qual discutimos detalhadamente, a seguir.

2.1.1 Localização

Capital do estado do Amapá, unidade federativa localizada a extremo norte do Brasil (ver figura 10), Macapá é uma cidade média com uma população de 398,204 mil habitantes, IBGE (2010), estimada para 437,256 mil, IBGE (2013). O município possui uma área de unidade territorial equivalente a 6.408,545 km² resultando em uma densidade demográfica de 62,14 hab/km² (IBGE, 2010). A cidade possui características similares às demais cidades médias da Amazônia brasileira, contudo destaca-se por estar geograficamente situada na latitude 0° e por ser banhada pelo rio Amazonas.

Figura 10 - Contexto geral da área de estudo.



Fonte: A autora, 2014.

A zona destinada a estudo localiza-se entre os bairros Santa Inês e Beírol, ambos situados na zona sul de Macapá (mais detalhados a seguir). A referida área está destacada mais precisamente no polígono que vai da Rua Beira-Rio, passando pela Av. Caramuru e Leopoldo Machado, desta, cortando o limite do Conjunto Habitacional Mucajá, cruzando o mesmo até retornar à Rua Beira-Rio (conforme figura 11).

A área corresponde especificamente a 0,48 km² e engloba uma zona destinada à Habitação de Interesse Social: O Conjunto habitacional Mucajá, além de outros elementos atrelados à paisagem, a serem destacados e aprofundados ao longo das análises.

Figura 11: Acessos da área de estudo.



ACESSOS

- - - Vias de acesso
- Conjunto Habitacional Mucajá
- Edificações gerais

Fonte: A autora, 2014.

2.1.2 Aspectos históricos e evolutivos da área de estudo e do Conjunto Habitacional Mucajá

Quando consideramos as análises urbanas de um local levamos em consideração os fatos históricos que contribuíram ou configuraram seu atual estado e, principalmente sua relação com os outros elementos da cidade.

Em relação à área de estudo, Portilho (2010) destaca que, o bairro Beiril tem seu crescimento urbano marcado na década de 1960 assim como o bairro Santa Inês, este se expandindo a partir de 1985. Desse modo, o bairro Beiril origina-se na década de 60 e teve sua nomenclatura referenciada em um antigo paredão que servia se base para a prática de tiro

ao alvo pelos artilheiros da Fortaleza de São José de Macapá. Com o passar dos anos, na gestão do Governo Territorial, foi promulgada a ocupação do bairro. (GEA, 2011)

O bairro Santa Inês, por sua vez, começou a ser ocupado de forma desordenada, pois com a chegada de famílias ribeirinhas das ilhas do Pará, a área então, se tornou alvo para a ocupação principalmente por estar localizada logo às margens do Rio Amazonas. Esse desordenamento deixou clara que algumas parcelas do bairro entraram em divergência com o traçado urbano original da cidade, baseado na ortogonalidade. (DRUMMOND; OLIVEIRA; SOUZA, 2007)

Figura 12: Orla do bairro Santa Inês na década de 80.



Fonte: Paulo de Tarso, 2009.

A Vila Mucajá originou-se por volta dos anos 60 e fora assim denominada por influência de uma palmeira amazônica conhecida por Mucajá (*Acrocomia aculeata*) muito recorrente no local. A vila formou-se com o quantitativo aproximado de 33 famílias oriundas dos arquipélagos paraenses e de outras localidades ribeirinhas que passaram a habitar uma parcela das margens do Rio Amazonas (ver figura 12) hoje, consolidada como bairro Santa Inês, zona sul de Macapá. (PMM, 2012)

Ainda, segundo a Prefeitura de Macapá (2012), ao final da década de 80, essas famílias foram alvo de uma intervenção urbana a larga escala que, iniciou um processo de fragmentação e desintegração urbana e, por conseguinte, dos grupos sociais presentes na área. Nesta intervenção, parte dos moradores, cerca de 10%, permaneceu no local recebendo moradias em madeira, do tipo palafita equivalente à 4m². Outros 40% foram remanejados para outras áreas da cidade, distantes cerca de 5 km de sua área de origem. Estima-se que 50% dos moradores não receberam qualquer tipo de benefício por serem classificados como agregados (tios, irmãos, pai, primos - filhos com família etc.). Parte dos 50% não beneficiados pelo

poder público constituiu habitação em áreas de risco, como morro, alagado e parcelas aterradas que constituíram a Vila Mucajá.

Ao longo dos anos o espaço foi se configurando em aglomerado subnormal que, segundo o IBGE (2011) é referente àquelas áreas ocupadas por mais de 51 unidades habitacionais que apresentem primeiramente a ausência de título ou ocupação de propriedade alheia ou ainda, que possuam pelo menos uma característica relacionada às lacunas de ocupação territorial urbana como, por exemplo: irregularidades nas vias de circulação, dimensão e forma de lotes e habitação (desordenamento e adensamento) e carência de serviços públicos básicos como, coleta de lixo, rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública. Na vila Mucajá, as habitações eram construídas sem afastamento mínimo e com esgoto a céu aberto. Estavam alheias a qualquer tipo de planejamento urbano e, eram edificadas pelos próprios moradores com materiais de baixo padrão construtivo (cobertura de fibrocimento, paredes de madeira ou zinco). A mobilidade no interior da área se dava por passarelas e escadarias de madeira e por becos.

Figura 13 e 14: Vista da vila do Mucajá e mobilidade na área, em 2008.



Fonte: GEA, 2008.

Além disso, uma parcela da vila do Mucajá era caracterizada por ser uma área sujeita à inundação, contaminada pelos resíduos de esgoto do assentamento. Essa área é considerada de risco à ocupação por ser passível a desastres naturais ou ação antrópica. Além disso, é tangenciada por encostas com risco de desmoronamento e deslizamento de terra.

O acúmulo natural da água somado ao descaso com o sistema de abastecimento de água e esgoto bem como, a coleta de lixo deram um grau de vulnerabilidade ambiental considerável por conta de sua ocupação irregular que infringiu as limitações previstas na Lei

n. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano para este tipo de zona.

Na Vila Mucajá habitavam aproximadamente 1.097 famílias das quais, parte (592) foi alvo do Remanejamento pelo programa federal Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, conveniado com a Prefeitura de Macapá, deu início aos trabalhos nas áreas de Habitação e Saneamento, constituindo assim, o Conjunto Habitacional Mucajá em 2010 (DHESCA, 2008).

Durante o processo de remanejamento, diversas dificuldades foram enfrentadas pela comunidade da vila como o aluguel de residências provisórias que eram limitadas de acordo com o tamanho de algumas famílias e com benefício disposto pelo poder público unicamente para este fim. Em outros casos, alguns moradores retornaram para a área de origem ao passo que alguns se recusam a abandonar a antiga moradia.

Figura 15 e 16: Conjunto Mucajá em 2014 e imagem aérea em 2013.



Fonte: Aatoria, 2014; Google Earth 2013.

Atualmente, o conjunto Mucajá (ver figuras 15 e 16) é formado por 37 blocos, cada um com 16 unidades habitacionais, dispõe de 592 apartamentos, que acolheram as 592 famílias alvo do programa. Cada apartamento foi calculado em 47,76 m² de área total e 37,33 m² de área útil, esta formada por dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro social e área de serviço. Vale ressaltar que, as vias no interior do conjunto contam com asfalto e calçamento bem como, a área com energia elétrica, água encanada e sistema de esgoto.

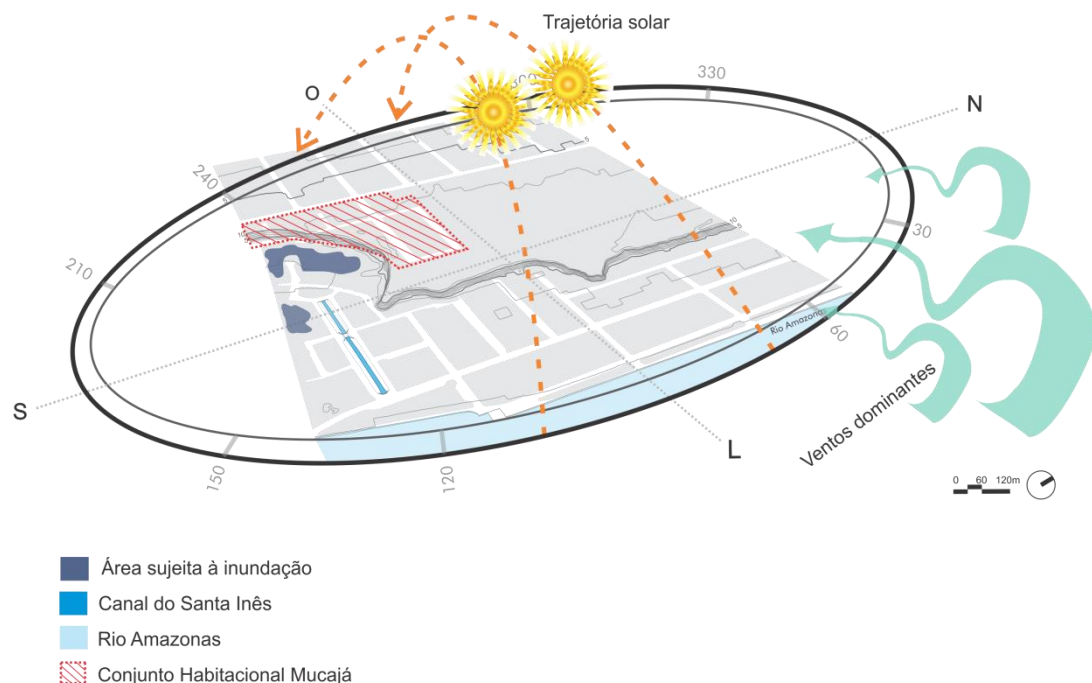
2.1.3 Aspectos climáticos, geológicos e topográficos

Macapá possui um clima equatorial quente e úmido, o qual é diferenciado por compor-se em temperaturas elevadas e por vezes constantes; alta umidade do ar; céu encoberto e recorrente período chuvoso, sobretudo em uma parte do ano; radiação intensa, mas com certa difusão em virtude da presença de nebulosidade (NEVES, 2006). O clima divide-se especificamente em verão (período de seca) que vai de agosto dezembro, e inverno (período de chuvas) indo de janeiro à junho com variação de temperatura moderada entre ambos.

A trajetória solar parte do frontispício da cidade (leste) com poente para oeste. Os ventos dominantes são os alísios vindos do hemisfério norte, que sopram do nordeste (ver figura 17), entretanto, no verão, devido ao recuo da frente intertropical na direção norte, chegam ao litoral do estado os alísios do hemisfério sul.

Os aspectos hidrográficos, por sua vez, são compostos pelo rio Amazonas à leste que margeia toda a área em estudo, pelo canal do Santa Inês, situado na área central e pelas áreas sujeitas à inundação, localizadas na parte sudoeste da zona de estudo (conforme figura 17).

Figura 17: Trajetória solar, ventos dominantes, hidrologia e topografia da área.



Fonte: A autora, 2014.

Com relação aos aspectos topográficos, vemos que a área de estudo se apresenta relativamente com baixa altitude, sendo muito próxima do nível do mar, variando assim de 1 à

16m. Entretanto, uma peculiaridade é que na área há uma secção acidentada que vai de 5 à 10m cortando a zona de norte à sudoeste (ver figura 17).

2.1.4 *Uso do Solo*

O “uso do solo” é um método sistemático que engloba categorias afins de distintos usos do solo urbano e/ou rural com objetivos e finalidades predefinidos. Esse método estrutura-se de forma codificada e é registrado de modo a gerar a fácil identificação dos elementos coletados por parte dos habitantes, além de gerar estudos comparativos através de análises para futuras intervenções. (RODRIGUES, 1986)

Figura 18: Uso do solo da área de estudo.



Fonte: A autora, 2014.

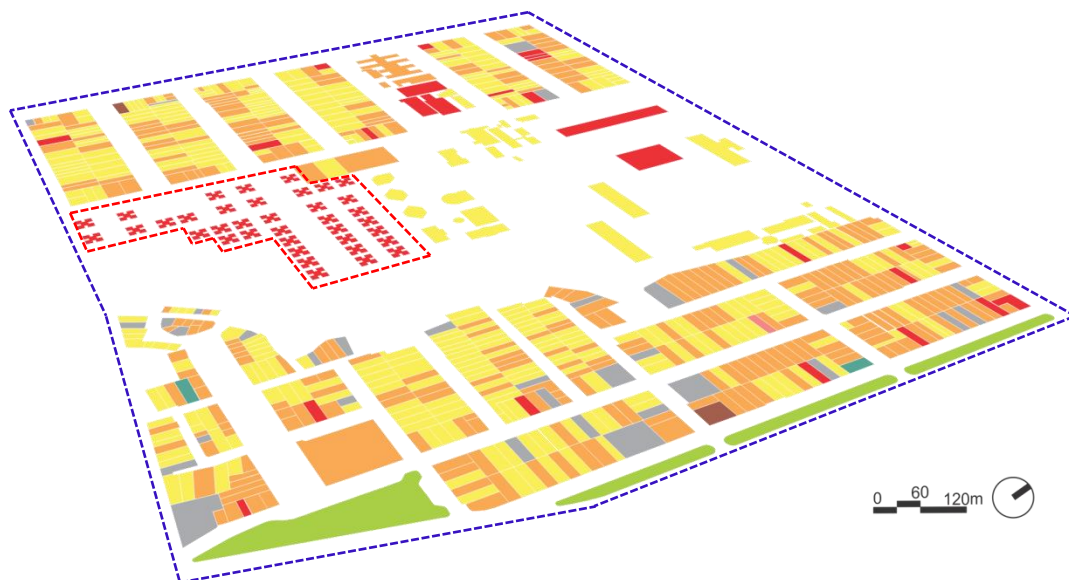
O uso do solo na área de estudo é composto atualmente por um mistura de usos (ver figura 18) Entretanto, observa-se uma predominância no uso residencial (multi e unifamiliar) ao longo de toda a área, já os usos do tipo comercial e misto apresentam-se dispersos, porém com maior ocorrência na orla da cidade, em virtude da atividade turística no local.

Os usos do tipo institucional, de serviços, em obra, bem como, os vazios e os parques surgem de forma coadjuvante em meio a outros usos, dispostos de forma aleatória na área em questão.

2.1.5 Gabaritos

Em relação aos gabaritos (grau de verticalização das edificações) observamos que a área, em sua maioria tem um grau de verticalização relativamente baixo, variando de 0 à 4 e de 5 à 8 metros que geralmente caracterizam as edificações de pavimento térreo e/ou superior. Há também alguns edifícios que variam de 9 à 12 e de 13 à 15 metros que indicam edificações com térreo mais três ou quatro pavimentos. Por conseguinte, temos as edificações que iniciam de 16 à 20 metros em diante, edifícios estes com maior verticalidade em toda a área de estudo (ver figura 19).

Figura 19: Gabaritos na área de estudo.



GABARITOS

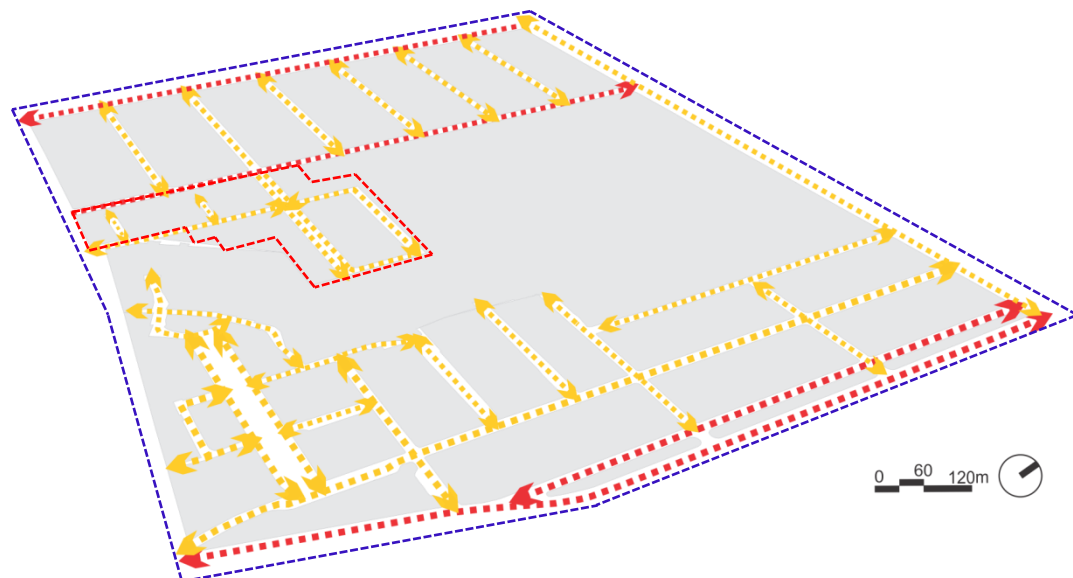
- 0 < 4m
- 5 < 8m
- 9 < 12m
- 13 < 15m
- 16 < 20m
- EM OBRA
- PRAÇA/PARQUE/JARDIM
- VAZIOS
- Conjunto Mucajá
- área de estudo

2.1.6 Fonte: A autora, 2014.

Em uma apropriação geral e, portanto de valor relativo, podemos admitir que 20% a 30% do uso do solo urbano tem sido destinado à circulação viária, cuja estrutura física tem ainda a propriedade de conferir “forma” à cidade (RODRIGUES, 1986, p.92). Direcionando

essa consideração ao objeto deste trabalho, observamos que o conjunto de vias de circulação da área de estudo (ver figura 20) é composto basicamente de dois tipos distintos de classificação de viária: a coletora e a estruturante. Logo, as **vias coletoras** cruzam significativamente no interior de toda a área, apresentando-se em predominância. São vias mais restritas e de baixo fluxo de veículos, geralmente utilizadas para o tráfego de usuários residentes ou direcionados para a área. ao passo que, as **vias estruturais** são caracterizadas pelo fluxo constante de veículos e pela ligação de zonas opostas da cidade: Rua Leopoldo Machado que recebe o fluxo de Norte para Sul bem como, Rua Jovino Dinoá que atua no sentido da zona Sul para a zona Norte. Essas vias possuem preferência no tráfego de veículos perante outras, exceto sinalização por semáforo.

Figura 20: Sistema viário da área de estudo.



SISTEMA VIÁRIO

- Via estruturantes
- Via coletoras
- ◄.....► Via de sentido duplo
-► Via de sentido único
- Conjunto Mucajá
- área de estudo

Fonte: A autora, 2014.

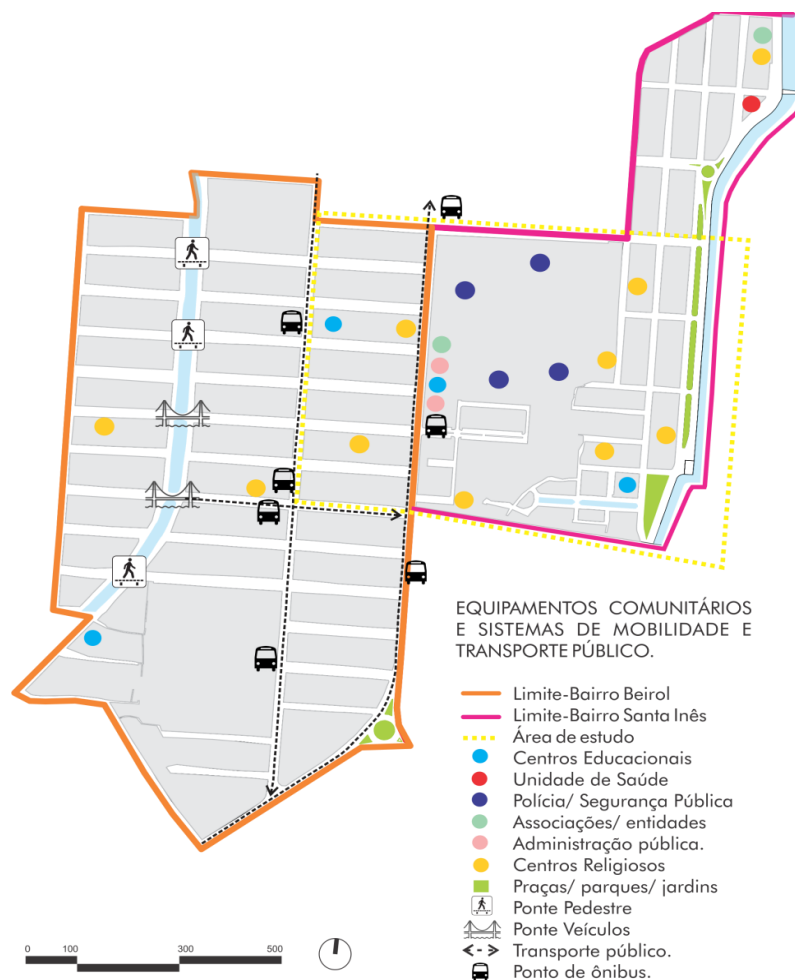
2.1.7 Equipamentos Comunitários, Sistemas de Mobilidade e Transporte público.

Os equipamentos públicos ou comunitários, elementos da estrutura urbana, podem ser definidos como “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante

autorização do poder público, em espaços públicos e privados.” (NBR, 1986, p. 1). Partindo desse conceito, fez-se necessário diagnosticar nos bairros Beirol e Santa Inês, onde se encontra a área de estudo, todos os equipamentos comunitários que suportam a zona atualmente.

A partir do diagnóstico, chegou-se a constatação que em ambos os bairros há equipamentos comunitários (ver figura 21) como, no bairro Beirol: escolas e centros religiosos; no bairro Santa Inês: centros educacionais (escolas), centros religiosos, centro policial, administração pública (órgãos públicos), unidade de saúde básica e praças, parques e jardins.

Figura 21: Equipamentos comunitários, mobilidade e transporte público.



Fonte: A autora, 2014.

Analisando os elementos que regulam a mobilidade urbana nos bairros da área de estudo, verificamos a presença de transporte coletivo por ônibus. Sendo assim, “o transporte público, como o nome já diz, está à disposição do público, mediante pagamento.” (VASCONCELLOS, 2012, p. 15) Dessa forma, há linhas de ônibus que cobrem as principais

vias dos bairros Beirol e Santa Inês. Entretanto, no interior do bairro Santa Inês não há incidência de nenhuma linha de ônibus. Já em relação aos pontos de ônibus e abrigos, notamos uma média de três paradas dispostas uniformemente ao longo das principais vias de ambos os bairros. Outro elemento da mobilidade urbana são as ciclovias ou faixas destinadas para ciclistas, porém não constam na área, ocasionando fluxos conflituosos entre pedestres, ciclistas e veículos.

2.1.8 *Arborização urbana viária*

No que tange ao levantamento de arborização urbana viária da área de estudo (figura 23) diagnosticou-se que:

- As árvores, em sua maioria, são dispostas em fileira ao longo das calçadas e com proximidade às edificações.
- Algumas espécies de árvores possuem raízes que causam um impacto frequente no sistema viário, pois acabam obstruindo o passeio público, resultando na destruição parcial ou total das calçadas onde estão localizadas estas espécies.

- Há predominância considerável em espécies de árvores frutíferas de grande porte como as mangueiras (*Mangifera indica L.*) com copa adensada e raiz com ramificação extensa ao longo das calçadas, o que favorece o surgimento de problemas ligados à

Figura 23: Arborização urbana viária na área de estudo.



Fonte: A autora, 2014. Base cartográfica, Plano Diretor, 2011.

obstrução dos passeios e às redes de distribuição, resultantes do entrelaçamento da copa dessas árvores aos fios de distribuição de energia e telecomunicações.

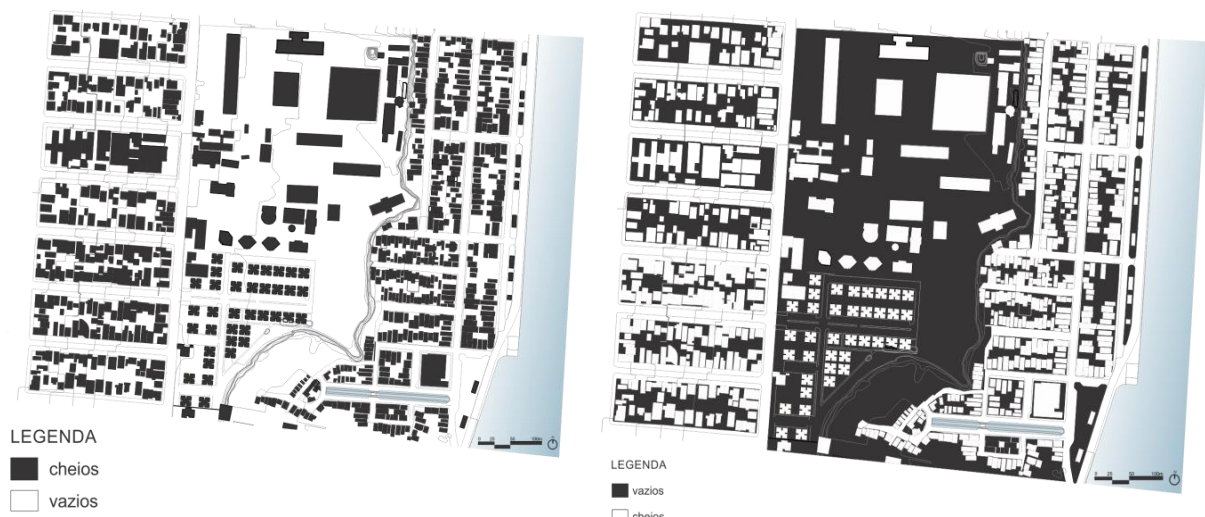
As referidas análises urbanas executadas ao longo da área de estudo evidenciam muitas lacunas que podem ser aprimoradas em um planejamento e proposta urbanística, tais como: melhorar os acessos ao conjunto Mucajá; preencher carências relativas aos usos do solo e dos equipamentos públicos; valorizar o litígio histórico através da identidade do lugar, uma vez que, a área possui um forte vínculo com o rio Amazonas e reestruturar os espaços públicos dotando-os de arborização, calçamento, acessibilidade, entre outros pontos que propiciam o desenvolvimento urbano de um espaço.

2.1.9 Cheios e vazios

Os cheios e vazios utilizados por Lynch nos proporcionam uma visão mais aguçada sobre os elementos edilícios da área em estudo, pois além de ser uma análise contrastiva, a mesma expõe a relação entre esses elementos edilícios com os espaços livres urbanos, que por ventura surgem ao longo da disposição dos meios urbanos edificados.

Sendo assim, os cheios chamam atenção às massas edificáveis da área, destacando dimensões, aspectos formais, relações de umas com as outras bem como, grau de proximidade entre ambas. Por outro lado, os vazios chamam atenção para os espaços não edificados da área, àqueles passíveis de intervenção.

Figura 24 e 25: Cheios e vazios.



2.2 Legislação Urbana Pertinente

A área de estudo situa-se no perímetro urbano do município de Macapá. Sendo assim, segundo a Lei Complementar n. 029/2004 Do Uso e Ocupação Do Solo do Município de Macapá, a referida área engloba os seguintes setores: (ver figura abaixo)

Figura 26: Setores urbanos da área de estudo.



De acordo com Fonte: Adaptado de Plano Diretor, 2011. Base cartográfica: Google Earth, 2013.

seguintes especificações relativas aos setores urbanos da área em estudo, sejam eles:

IV - Setor Misto 3: inserido na Subzona de Ocupação Prioritária prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, com as seguintes diretrizes:

- a) incentivo à média e alta densidade;
- b) estímulo à verticalização baixa e média;
- c) incentivo à implantação de atividades comerciais e de serviços compatibilizadas com o uso residencial e de atividades de comércio e de serviços especializados.

Tabela 1: Setor SM3 da área em estudo.

SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
BÁSICO	MÁXIMO	OBSERVAÇÕES					
MISTO 3 – SM3	Média densidade verticalização Média e Baixa	2,5	3,10	31,70m (pé direito: 3,0 m)	10	80 %	20%
				29,00m (pé direito: 2,70 m)			
EIXO DE ATIVIDADES – EA 1	Densidade Bruta - DB	120 hab/hectare		FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL	270 hab/hectare		0,10x H - Vert Média		0,10 x H - Vert Média	
				0,15 x H - Vert Baixa		0,15 x H - Vert Baixa	

Fonte: Plano Diretor, 2004.

XII - Setor de Lazer 2: inserido na Subzona de Fragilidade Ambiental prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, com as seguintes diretrizes específicas:

- a) incentivo à baixa densidade;
- b) ocupação horizontal;
- c) incentivo à implantação de atividades comerciais e de serviços de apoio ao lazer e ao turismo.

Tabela 2: Setor SL2 na área em estudo.

SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
LAZER 2 – SL2	Baixa densidade verticalização baixa	1,5	2,5	16,5m (pé direito: 3,0 m) 14,5 (pé direito: 2,70 m)	5	60 %	20 %
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
	60 hab/hectare			FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL			Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento		Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento	
	180 hab/hectare			Ocupação Horizontal (Resid.) – Ver art. 50.		Ocupação Horizontal (Resid.) – Ver art. 50.	
				0,15 x H - Vert Baixa		0,15 x H - Vert Baixa	

Fonte: Plano Diretor, 2004.

2.3 Análise S.W.O.T.

Criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, professores da Harvard Business School, e posteriormente aplicadas por inúmeras áreas do conhecimento científico, a análise SWOT estuda o comportamento de um objeto segundo quatro variáveis: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Oportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Através destas quatro variáveis, poderá fazer-se a construção das forças e fraquezas da área, das oportunidades e ameaças do meio em que a área se relaciona. (RODRIGUES, et al. 2005, Apud SILVA , et al; grifo nosso, 2011).

Para diagnóstico das condicionantes urbanas relativas à área de estudo tornou-se indispensável o emprego da proposta metodológica de análise por matriz SWOT; a qual, possibilitou um olhar mais apurado dos aspectos positivos e negativos referentes ao objeto. Vale afirmar que a percepção dessas condicionantes foi elaborada a partir do diagnóstico de infraestrutura urbana e estudo *in locu* descritos no interior desde trabalho, no objetivo de abordar minuciosamente sobre cada um desses pontos. Deste modo, o resultado dessas observações é representado pelo respectivo quadro:

Quadro 1: Matriz SWOT da área de estudo.

Análise SWOT	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A proximidade com o Rio Amazonas. ▪ A proximidade com o centro da cidade. ▪ Existência de um corredor turístico-econômico e de lazer. ▪ Localização e acessos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Topografia como barreira. ▪ Restrição no uso habitacional: ausência do uso misto, comercial e de serviço. ▪ Ausência de arborização no conjunto habitacional. ▪ Falta de acessibilidade em vias.
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar um link urbano até o rio Amazonas, através da estruturação da área. ▪ (Re) Construção dos Espaços Públicos. ▪ A valorização do espaço pela Topografia. ▪ Fomentar projetos de Renovação Urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução ou desaparecimento dos espaços públicos. ▪ Vulnerabilidade ambiental. ▪ Distúrbios sociais: Criminalidade. ▪ Segregação urbana e social.

Fonte: A autora, 2014.

O quadro 1 descrito acima foi elaborado basicamente em uma análise urbana e social, constituído por aspectos internos e externos vinculados ao objeto de estudo e enquadrados em pontos embrionários, sejam eles: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, onde as forças são aquelas determinantes intrínsecas da área e fraquezas são as dificuldades observadas atualmente. Já as oportunidades são provisões para o futuro e as ameaças são as condicionantes que podem afetar negativamente a área. O subtópico de cada ponto embrionário observado foi balanceado em virtude do equilíbrio desses pontos, conformando-se assim, em 4 subtópicos distintos. A seguir, tem desse uma discussão mais específica de cada um desses itens.

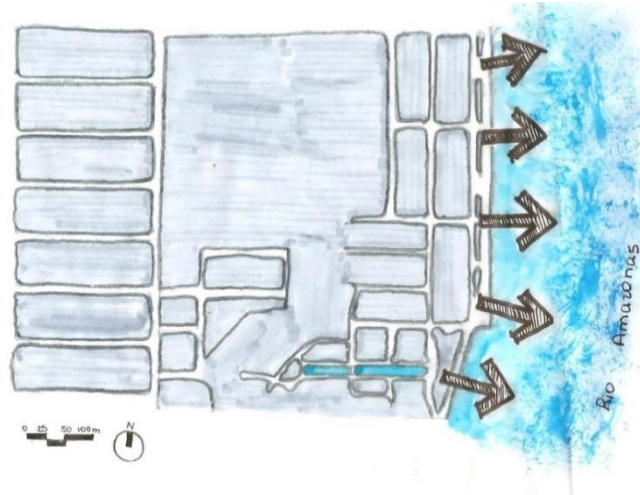
2.3.1 Forças

- **A proximidade com o Rio Amazonas**

O rio pode significar muito além de uma simples estrutura geográfica na constituição de uma cidade. Esse elemento atua na paisagem urbana, apresentando uma cadeia de desafios e oportunidades, muitas vezes diferenciados de outras cidades, onde o rio não compõe o panorama urbano. Dessa forma, quando um rio cruza a área central de uma cidade, ele se incorpora instantaneamente a paisagem urbana e se funde ao imaginário coletivo. A formação desse imaginário é reflexo da função do rio na concepção da cidade, principalmente com o papel de catalisador na oportunidade de crescimento local. (MENEZES, 2007)

Em relação aos desafios e oportunidades, o rio representa e transcende como símbolo da vivência no lugar, mas também representa o palco do crescimento econômico e, devido a sua valorização cenográfica torna-se alvo de interesses por diversos setores da economia.

Figura 27: Rio Amazonas no contexto da área de estudo.



Fonte: A autora, 2014.

O Rio Amazonas está localizado na Amazônia brasileira, é rota econômica do comércio regional, nacional e internacional que compreendem na exportação ou importação de produtos em diversos países do mundo, tornando-o também um elemento estratégico (ver figura 27). Possui também grande potencialidade no transporte fluvial, com rotas para localidades próximas bem como, outros estados.

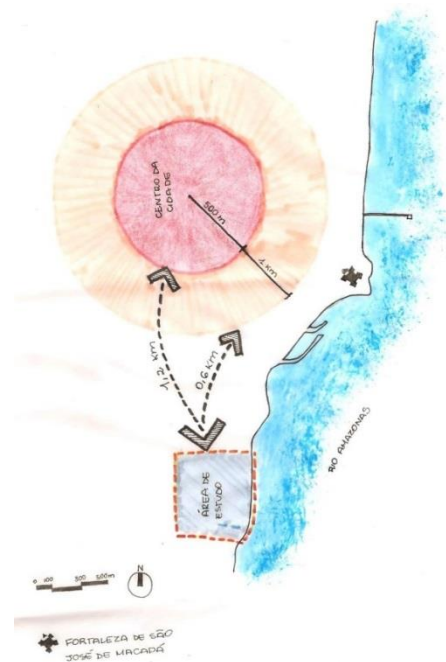
- **A proximidade com o centro da cidade**

Os centros urbanos são espaços sustentados pelo dinamismo diário determinado pelas relações de fluxo entre pessoas, transportes e produtos em grande frequência. Esses centros, em sua maioria, são as referências históricas da cidade, pois se tornaram núcleos que propiciaram o desenvolvimento da urbe. Desse modo:

As áreas urbanas centrais são as que oferecem o maior e mais diversificado número de bens e serviços e por consequência onde circulam e permanecem o maior número de usuários da cidade, o que lhes confere ainda um caráter mais democrático em relação a outras áreas pela interação permanente entre habitantes de diferentes origens da cidade. (RODRIGUES, 1986, p. 50)

O centro, na maioria das cidades, foi a primeira área habitável, na qual era caracterizado como vila ou povoamento e até hoje, como mercado, na distribuição de produtos para a cidade como um todo. As áreas centrais, atualmente são polos de identidade, devido a este caráter significativamente histórico ao longo de sua evolução.

Figura 28: Relação da área com o centro da cidade.



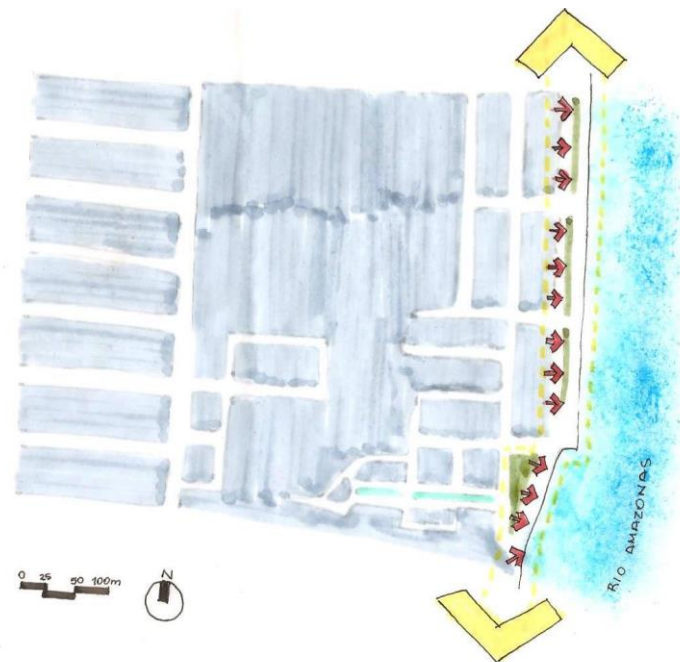
Fonte: A autora, 2014.

A área de estudo está localizada a 1,2 km de um raio de 500 m (tendo como referência o cruzamento da rua Eliezer Levy com a avenida Padre Júlio Maria Lombaerd) e 600 m de um raio de 1 km do limite do bairro central da cidade (ver figura 28). Tem proximidade principalmente com o comércio de nível 3 que está predominantemente instalado no centro da cidade. No que concerne a infraestrutura urbana, nota-se uma grande semelhança entre as infraestruturas que compõem o centro e as da área de estudo, como viário, componentes edílios, equipamentos públicos e outros.

- **Existência de um corredor turístico-econômico e de lazer**

Na área de estudo, mais especificamente na orla, existe um percurso com predominância em atividades do tipo comercial e turística, que também acompanha grande parte do perímetro da orla da cidade (ver figura 29). Essas atividades comerciais e turísticas são compostas por um conjunto de bares, restaurantes e casas noturnas que movimentam o trecho diariamente, entretanto, nos fins de semana, possui uma movimentação bem mais elevada.

Figura 29: Corredor turístico-econômico e de lazer.



Fonte: A autora, 2014.

Outro ponto observado na área trata-se da existência de áreas de lazer e recreação, presentes ao longo da Rua Beira-rio. Nessas áreas, destacam-se a praça e a própria calçada da orla que atrai usuários para prática de atividades físicas como a caminhada e a corrida, estas com grande frequência diária.

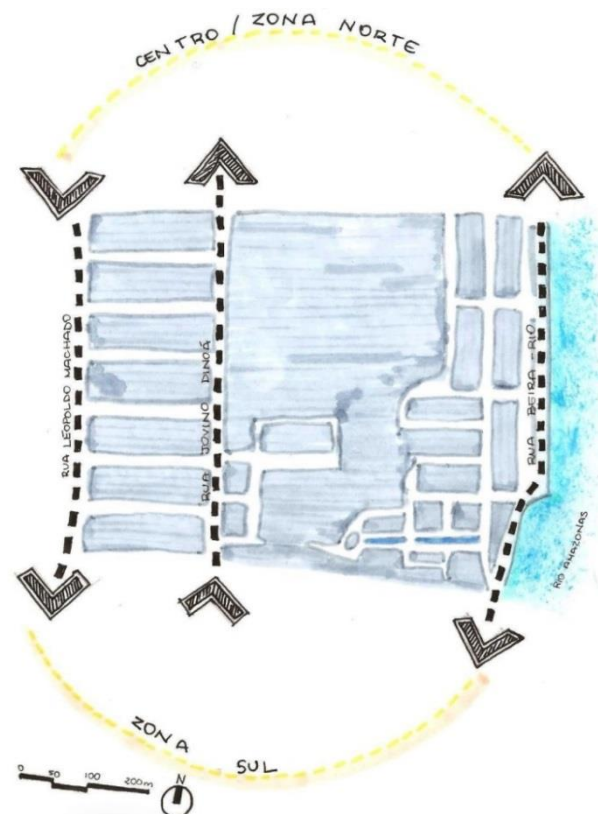
Em relação à caracterização desse percurso comercial e turístico, chegamos a uma definição de Corredor Turístico “[...] como linha que une as zonas turísticas, áreas turísticas, complexos turísticos, unidades turísticas, atrativos turísticos e portos de destinos que servem para traslados e rota, tornando viável a visitação de diversas atrações durante o trajeto.” (FILHO¹, 2000 *Apud* FILIPPINI; PAIVA, 2007, p. 8). Esse corredor é responsável pela circulação intensa de usuários no trecho, dando o caráter de socialização nesses espaços públicos.

¹ FILHO, Américo Pellegrini. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

- **Localização e acessos**

A área de estudo tem como acesso, vias importantes que se conformam em eixos estruturantes, conectando bairros e zonas da cidade como, por exemplo, a Rua Jovino Dinoá que faz fluxo da zona sul ao centro, até a zona norte, assim como, a Rua Leopoldo Machado que liga do centro e da zona norte até a zona sul e, por conseguinte a Rua Beira-Rio que liga da zona sul ao centro (ver figura abaixo).

Figura 30: Acessos da área de estudo.



Fonte: autora, 2014.

2.3.2 Fraquezas

- **A Topografia como barreira**

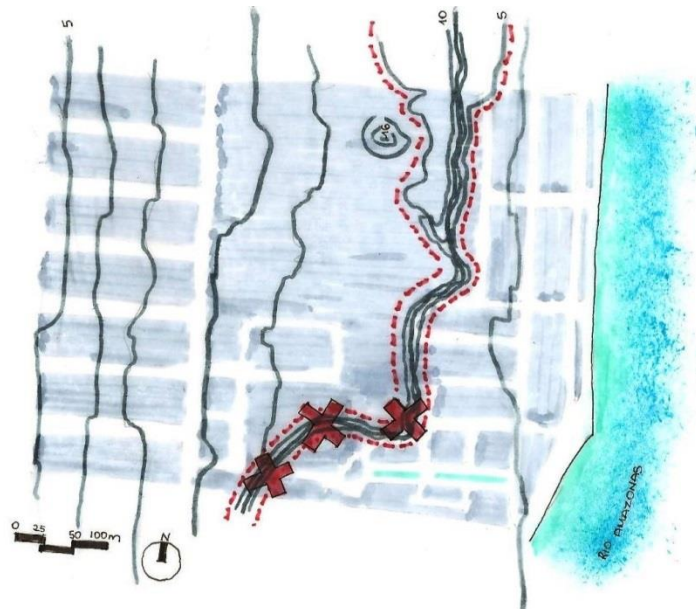
Partindo de uma ótica histórica, em relações às ocupações no âmbito urbano, o traçado e a forma sempre desempenharam papéis importantes na configuração sócio-espacial de uma cidade. Além disso, vale ressaltar que, forma e traçado são produtos dependentes das condições topográficas que conformam uma determinada área. Tais condições topográficas, muitas vezes, levam a certas implicações no que tange os parâmetros de ocupação do espaço

urbano nos quais, caracterizam-no de forma receptiva ou restritiva perante as intervenções direcionadas aquele espaço. Isso se deve:

[...] Em primeiro lugar, as características topográficas, especialmente o grau de inclinação das vertentes e o nível de umidade do terreno, podem impor restrições à expansão do tecido urbano ao dificultar e/ou encarecer os processos de loteamento e de construção de edificações. (NASCIMENTO, 2012, p. 78)

A partir dessa ótica, temos como resultado uma barreira física contínua, justificada pelos acidentes topográficos que constituem a área de estudo, criando uma massa extensa e limítrofe às intervenções urbanas.

Figura 31: Topografia e desconexão com a malha viária da área de estudo.



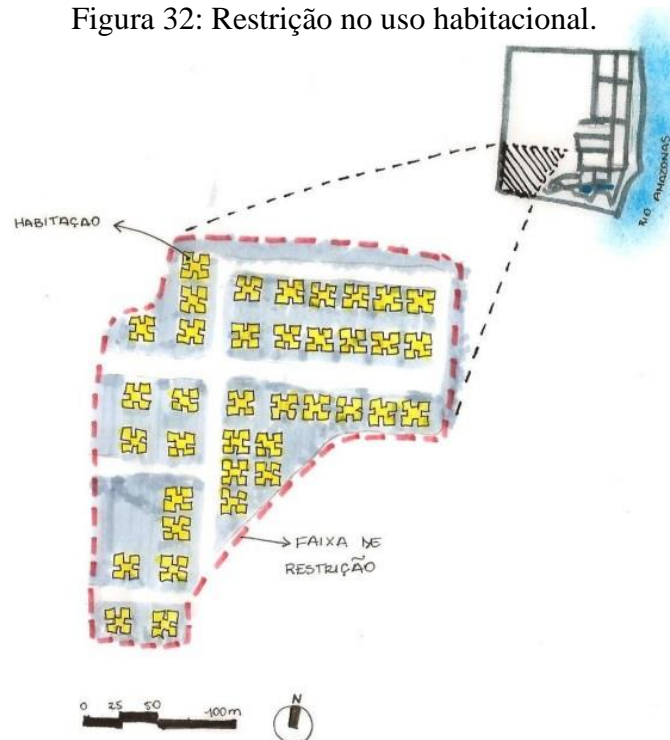
Fonte: A autora, 2014.

Analisando os aspectos topográficos da área, nota-se a presença considerável de curvas de nível que variam de 0 a 16 metros acima do nível do mar (ver mapa 31), estes por sua vez, influem consideravelmente na estruturação urbana da malha viária, restringindo e atuando como um interceptador na continuidade das vias. Isso, de certa forma, resulta em uma macroparcela ampla e com um grau de desconexão considerável em relação às demais macroparcelas adjacentes à área. Tal barreira leva os usuários do local a propor meios inadequados de tráfego de pedestres entre o conjunto Mucajá e a parte inferior da área (próximo ao canal do Santa Inês). Os referidos meios informais verificados são: pontes, escadarias de madeira e degraus naturais.

- **Restrição no uso habitacional: ausência do uso misto, comercial e de serviço.**

Partindo amplamente do conjunto de usos do solo urbano, observamos que o uso residencial se destaca por ser aquele com maior predominância na área construída, variando entre 30 e 50% (KAISER; GODSCHALK; CHAPIN², 1995 *Apud* SABOYA). O uso residencial possui várias funções, dentre elas: acolhimento dos usuários, segurança, identidade emblemática do morar, interação social. Entretanto, para a manutenção desse tipo de uso, é necessário que o espaço englobe também outros usos, os quais se tornam essenciais ao seguimento das atividades efetivas de todos os usuários no espaço urbano. Sendo assim, os usos misto, comercial e de serviços surgem como aqueles que exercem influência na relação com o uso residencial, já que, dispõem de uma gama de possibilidades vinculadas ao aspecto econômico de uma área, bairro ou cidade.

Figura 32: Restrição no uso habitacional.



Fonte: A autora, 2014.

Na área do conjunto, os usuários não contam com o suporte do uso misto e/ou comercial e de serviços, exceto em áreas adjacentes a ele (ver figura 32). Vale ressaltar que, as pessoas deslocam-se frequentemente do conjunto para exercer atividades essenciais de compra: alimentação, suprimentos, medicamentos, etc. É interessante também mostrar que, com a falta desses usos surgem pequenos pontos de uso misto ao longo do conjunto

² KAISER, Edward J; GODSCHALK, David R; CHAPIN, F. Stuart. **Urban land use planning**. Urbana: University of Illinois Press, 1995.

habitacional, alocados nos cômodos, no térreo das habitações. A partir da janela do cômodo (quarto, sala, cozinha, etc) alguns moradores comercializam seus produtos para o restante da comunidade.

Outra questão é com relação a pequenos pontos comerciais informais. Estes pontos (barracas, mesas, carros) surgem em frente aos apartamentos do conjunto - geralmente comercializam lanches e comidas caseiras - como uma forma de geração de lucro para a família. Essas atividades informais são pontuais e menores, pois no local não há estrutura adequada para acomodação de atividades comerciais mais abrangentes.

- **Ausência de arborização no conjunto habitacional**

Pelo contexto de sítio estar localizado em zona equatorial, de clima quente e úmido, é importante ter a presença da arborização urbana, já que, este carácter desempenha diversos papéis que contribuem para a habitabilidade na cidade, principalmente no que tange a permanência dos usuários nos espaços públicos. Dessa forma:

A vegetação atua nos microclimas urbanos contribuindo para o controle da radiação solar, temperatura e umidade do ar, ação dos ventos e da chuva e para amenizar a poluição do ar. As formas de atuação destes fatores dependem do tipo de vegetação, seu porte, idade, período do ano, formas de associação dos vegetais e, também, em relação às edificações e dos recintos urbanos. Pode-se enfatizar o controle de um elemento, mas a vegetação interage sobre o conjunto de elementos climáticos. (MASCARO, Juan José; DIAS, Ariane Pedrotti de Ávila; GIACOMIN, Suelen Debona, 2008, p. 02)

Em relação à arborização urbana, nota-se que ao longo do conjunto habitacional não há predominância de arborização tanto nas vias do interior do conjunto, quanto nos espaços vazios imediatos, localizados entre as habitações (ver figura 33). Essa ausência de arborização torna esses espaços públicos mais áridos e sem a permanência de usuários em horários de insolação.

Figura 33: Ausência de arborização no conjunto



Fonte: A autora, 2014.

- **Falta de acessibilidade em vias**

Ultimamente, é crescente a reflexão da igualdade de direito de todos os habitantes na urbe. A cidade, em sua totalidade, deve acolher às limitações dos usuários que portem de algum tipo de dificuldade visual ou apresentem redução em suas atividades de locomoção nos espaços urbanos. Juan Mascarò enfatiza que:

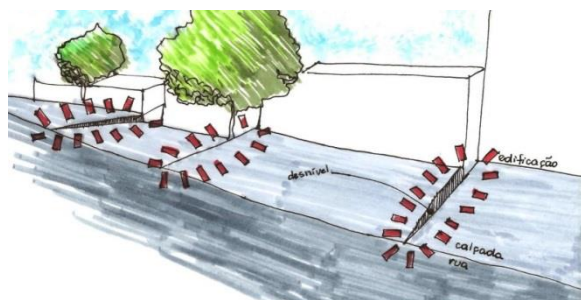
Para quem não escuta, não enxerga, não anda ou o faz com dificuldade, a cidade da revolução industrial, aquela dos séculos XIX e XX, é um emaranhado de barreiras, a maioria das quais possíveis de resolver. As estatísticas mostram que 15% da população brasileira tem algum tipo de limitação, ou seja, uma de cada seis pessoas se locomove pelas cidades enfrentando problemas que poderiam, se não resolvidos totalmente, pelo menos ser reduzidos razoavelmente. A maioria dessas pessoas por temor de levar um tombo, cair, se machucar ou ser atropelada não sai de suas residências, ingressando no contingente dos excluídos. (2005, p. 71)

A acessibilidade urbana favorece o tráfego de pessoas com dificuldade de locomoção, pois torna os espaços transitáveis de maneira igualitária, através de técnicas e estruturas simples e eficientes de acesso entre via e calçada. Entretanto em cidades ou áreas com falta de planejamento.

No levantamento da área de estudo notou-se que, a zona não conta com uma cobertura significativa de rampas ou de rebaixamento de meio-fio, além do estreitamento ou inexistência de calçadas em poucos trechos viários. Por outro lado, o objetivo desta análise é captar situações de maior gravidade dentro do universo de problemas presentes no âmbito urbano e, neste ponto, atrelados à acessibilidade. Partindo desta reflexão, em relação à obstrução dos passeios públicos observou-se que, algumas barreiras se destacaram com um grau de impedimento parcial ou total com reflexos preocupantes, no que concerne aos parâmetros mínimos de acessibilidade urbana. Dentre esses obstáculos, podemos citar:

Os *desníveis*: São tipos de barreiras com um grau de altura gradativa ao longo do percurso das calçadas, geralmente variando de lote em lote, algumas com desnível mais acentuado, outras mais elevadas umas das outras, resultando em calçadas com aspecto escalonado e/ou desordenado.

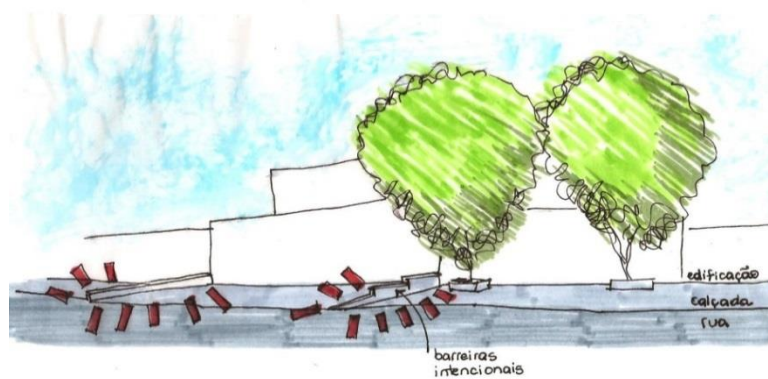
Figura 34: Desníveis em trecho da Av. dos Galibis



Fonte: A autora, 2014.

As *barreiras intencionais*: Embora alguns segmentos de calçada sigam um nivelamento contínuo entre os lotes, ocorre a implantação de algumas barreiras entre esses seguimentos por parte dos moradores. Essas barreiras são pequenas muretas ou barras que ocupam parcialmente ou totalmente a largura da calçada, inibindo a acessibilidade. São intencionais já que, o objetivo é realmente criar obstáculos por parte dos moradores, estes que, ainda possuem a ideia de posse e restringem o conceito de via pública, e com isso dificultam o fluxo dos usuários em determinadas parcelas das calçadas.

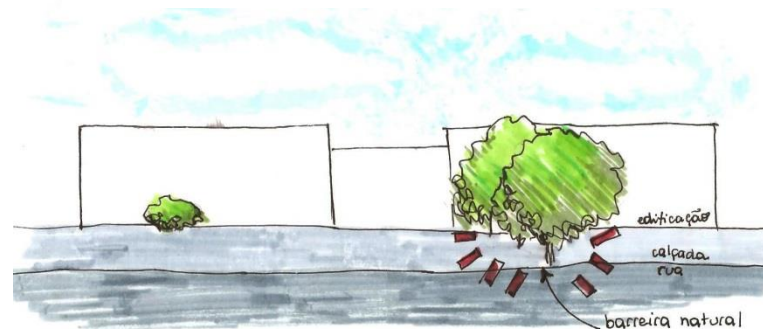
Figura 35: Barreiras intencionais na Av. Timbiras.



Fonte: A autora, 2014.

As *barreiras naturais*: Compreendem aos obstáculos formados por um conjunto de vegetação presente no passeio público. Esse conjunto é geralmente formado por espécies arbóreas bem como, espécies vegetativas (ambas de pequeno, médio ou grande porte) dispostas muito próximas umas das outras e que, conjuntamente, formam uma espécie de fileira que obstrui toda ou parcialmente a extensão da calçada, impedindo o acesso integral dos usuários naquele segmento.

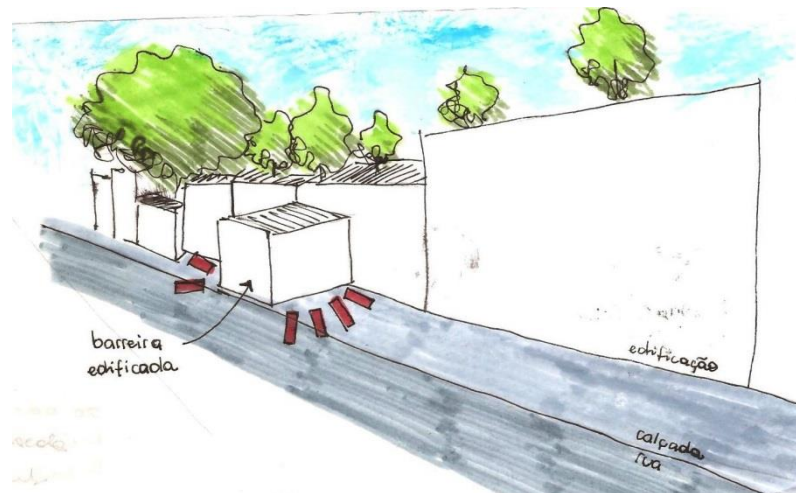
Figura 36: Barreiras naturais na Av. Caramuru.



Fonte: A autora, 2014.

As *barreiras edificadas*: ocorrem quando a edificação não obedece aos parâmetros de recuo de faixa edificável, avançando e obstruindo o passeio público.

Figura 37: Barreiras edificadas na Av. Professor Zacarias de Araújo.



Fonte: A autora, 2014.

2.3.3 Oportunidades

- **Criar um link urbano até o rio Amazonas, através da estruturação da área.**

A fragmentação foi um dos pontos mais notáveis no diagnóstico urbano da área em questão, principalmente, quando observado a relação do sítio com o bairro e, por conseguinte, com o restante da cidade. A partir desse ponto, constatou-se que área possui grande possibilidade de vincular-se ao tecido urbano do bairro, estruturando-se dessa forma, até o rio Amazonas, por meio de links urbanos. Sendo assim, esses links são exemplos urbanos fundamentais quando pensadas as oportunidades desenvolvimento de áreas com problemáticas. Os links urbanos são, portanto, nós adensados que funcionam na união dos tecidos urbanos limitados e no reforço de fluxos em diferentes estágios, intercepções que inserem um novo conjunto urbano, unem descontinuidades e intensificam linhas de transporte; ou seja, os links urbanos são fundamentalmente desenvolvidos na transversalidade, em cima de uma variedade de níveis e porções, na estruturação urbana de áreas com essas características. (MONTANER, tradução nossa, 2008).

Esses links urbanos partiriam do conjunto habitacional Mucajá, passando pelos espaços vazios ociosos e limítrofes ao conjunto, englobariam o canal do Santa Inês bem como, a praça Francisco, até o Rio Amazonas, na tentativa de vinculação urbana dessa área, para criação de espaços públicos mais profícuos à população.

- **(Re) Construção dos Espaços Públicos.**

Os espaços públicos presentes na área de estudo desempenham suas funções de uma forma muito peculiar, comumente observada na maioria das cidades brasileiras. São espaços que dispõem de um arcabouço complexo e fragilizado, delimitado geograficamente em áreas delicadas e socialmente vulneráveis. Entretanto, os espaços públicos que vemos hoje, são aqueles que até o momento não manifestaram interesse por parte dos investimentos, sejam eles de esfera pública ou privada, essa falta de atenção refletiu no esquecimento e na dissociação dos elementos urbanos.

Por outro lado, na cidade contemporânea, a necessidade de resgatar a sociabilidade no cotidiano das pessoas é algo que tem sido amplamente discutido. Os espaços fragilizados manifestam cada vez mais a necessidade de uma série de elementos para tornarem-se de fato eficazes na relação diária da comunidade da qual estão inseridos. Dessa forma vemos que:

“[...] é possível implantar espaços ou políticas públicas onde ou através das quais é resgatada a função central da vida urbana - a capacidade de permitir acesso a possibilidades de futuro e onde opostos convivem. A cidade contemporânea é complexa, multicultural, desafiadora e atrativa.” (LEITE, 2012, p. 181).

- **A valorização do espaço pela Topografia.**

Apesar dos aspectos topográficos proporcionarem certa restrição à habitabilidade conforme grau de declividade, é necessário compreender que esse atributo não conforma-se definitivamente como barreira física. Pelo contrário, a restrição de um uso pode converter-se em oportunidade de criação de um novo elemento que se conecte ao conjunto urbano de uma determinada área.

Sob este ponto de vista, a topografia deve ser vista não apenas como o substrato no qual a sociedade produz a cidade ao edificar suas obras e desenvolver suas atividades, mas também como uma importante dimensão de análise da própria produção do espaço da cidade, uma vez que suas características, ao favorecerem ou dificultarem a implementação de determinados usos da terra, tendem a tornar determinados locais mais ou menos atrativos à ocupação [...] (NASCIMENTO, 2012, p. 76).

- **Fomentar projetos de Renovação Urbana.**

Considerando os diversos elementos observados que compõem a dinâmica urbana da área de estudo, nota-se a deficiência ou ausência de projetos que modifiquem o quadro

negativo aplicado no conjunto urbano existente. É importante pensar e prever espaços de uso coletivo através de projetos públicos voltados para a comunidade.

A partir da definição dos projetos de renovação e/ou expansão urbana para a área de estudo bem como, suas áreas de influência, é importante pensar também na inserção de áreas de projeto a longo prazo que contenham as propostas de representação para os novos e reais espaços de uso público, como os equipamentos urbanos, espaços de uso coletivo. Entretanto, esses projetos devem visar paralelamente, o confronto com os novos, mas prováveis espaços dos modelos de instalação (volumetria) amparados às áreas de uso privado. (MOURA, 1986).

2.3.4 Ameaças

- **Redução ou desaparecimento dos espaços públicos.**

Borja (1998) expõe que existe um certo receio do espaço público, pois há a possibilidade de que esse espaço não ofereça proteção ou não se torne protegido, de fato. Enfatiza que o espaço público não fora projetado para dar segurança por si só e que em algumas situações funcionais, serve apenas para a circulação de pessoas ou para a permanência temporariamente delas. Dessa forma, há uma desvalorização da função do espaço público a partir dessa visão negativa e amedrontada de apropriação, visão essa que leva os espaços à decadência, ao fracasso ou ao abandono. Por outro lado, observa-se um processo de mudança a um ritmo acelerado dos espaços públicos.

Sabe-se que o processo de crescimento da cidade se dá brevemente de forma estratégica e situacionista, movido pela força de imposições capitalistas e públicas. Essas ações, muitas vezes se resumem na privatização dos espaços que disponibilizem alguma forma de compensação para a sobrevivência econômica desse capital. As atividades tradicionais dos espaços públicos então vão sendo substituídas pela voracidade dos investimentos privados, como centros comerciais, shoppings, projetos imobiliários privados.

Os espaços públicos do Conjunto Habitacional Mucajá necessitam rapidamente de incentivo para sua função, do contrário haverá a conversão desses espaços em privados, ou até mesmo a implantação mais concretizada dos pontos comerciais ilegais, caso ausência de fiscalização por parte dos órgãos públicos locais.

- **Vulnerabilidade ambiental.**

A área de estudo engloba uma pequena porção de terra denominada “área sujeita a inundação” e está muito delimitada pelos acidentes provenientes da topografia.

Muitas das áreas de amenidades correspondem a terrenos ambientalmente frágeis, onde a ocupação urbana deveria ser necessariamente evitada por razões de proteção de mananciais e de espécies faunísticas, ou ainda em razão dos riscos à integridade física de quem as habita. No entanto, esta dinâmica de ocupação de áreas "de risco" se torna muito mais dramática quando associada à questão da dificuldade de acesso à moradia, enfrentada por uma ampla parcela da população pobre nas cidades brasileiras. (NASCIMENTO, 2012, p.79)

- **Distúrbios sociais: Criminalidade.**

Segundo Vieira (2002), a criminalidade se manifesta em nossa sociedade como um dos fatores mais agravantes na dinâmica urbana das cidades, pois provoca uma decadência súbita na qualidade de vida dos habitantes da urbe. A falta de segurança atinge indivíduos de todas as classes, raças. A violência urbana pode ser real ou percebida e por mais complexa que seja, alguns autores afirmam que esse distúrbio esteja associado à condição de baixa renda, resultado das lacunas relativas à moradia, trabalho ou lazer.

Em relação ao Conjunto Mucajá vemos que este fato se apresenta com muita intensidade, uma vez que, através dos jornais vemos ser veiculada uma série de notícias que abordam a criminalidade no conjunto. Os distúrbios sociais mais comuns como: assassinato, roubo e ameaças fazem parte do cotidiano não só dos moradores do conjunto, como os de outras áreas. Os espaços públicos então passam a ser utilizados de maneira mais cautelosa, tenho em vista que, as pessoas que cruzam as ruas, calçadas e abrigos de ônibus próximos à área podem se tornar alvo fácil para a criminalidade.

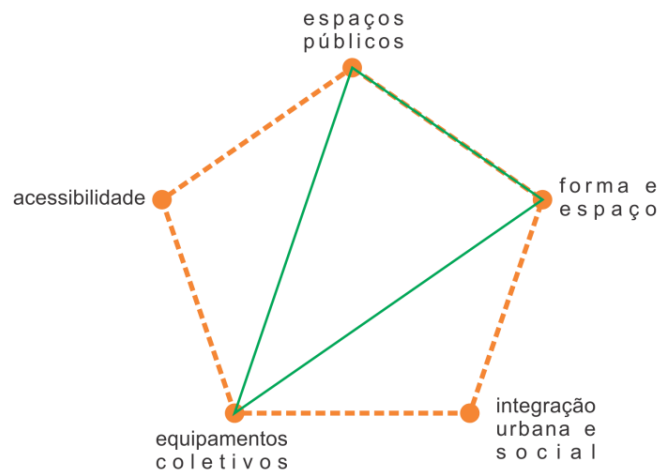
- **Segregação urbana e social.**

Quando se fala em segregação urbana e social nas cidades brasileiras, remete-se comumente a situação de assentamentos na posição espacial desvalorizada pelo mercado imobiliário. Dessa forma, vemos que nessas cidades, a segregação se apresenta diversificada, entretanto aqui, destaca-se aquela de natureza social que determina a estruturação das grandes cidades. Desse modo “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

As terras ocupadas pelos assentamentos precários, favelas, ou conjuntos habitacionais de interesse social exibem determinadas particularidades socioespaciais que motivam um olhar distinto da cidade sobre elas, principalmente na inserção desses moradores nessas áreas, gerando uma tendência externa de aceitação muito semelhante entre ambas. No caso do conjunto habitacional Mucajá, pela exclusividade do local ser destinado a pessoas de baixa renda, a segregação torna-se ainda mais concreta.

Por meio das análises averiguadas por matriz SWOT verificou-se a confluência de pontos decisivos que se convertem em oportunidades no desenvolvimento para a área de estudo. Sendo assim, chegou-se ao seguinte balanço:

Figura 38: Balanço dos pontos potenciais por matriz SWOT.



Fonte: a autora, 2014.

O ciclo acima corresponde aos pontos analisados que nos direcionam à três temas principais de atuação: espaços públicos, equipamentos coletivos e forma e espaço. Esses três elementos manifestaram predominância ao longo das análises ao mesmo tempo em que englobam com maior propriedade outros aspectos detectados ao longo dos estudos. Vale ressaltar que, além de estarem presentes no diagnóstico, eles também estão envolvidos com os objetivos da referida investigação. Em poucas palavras, essas três linhas de ação são os subsídios principais para iniciar as propostas que posteriormente serão efetivadas nos subsídios projetuais da pesquisa.

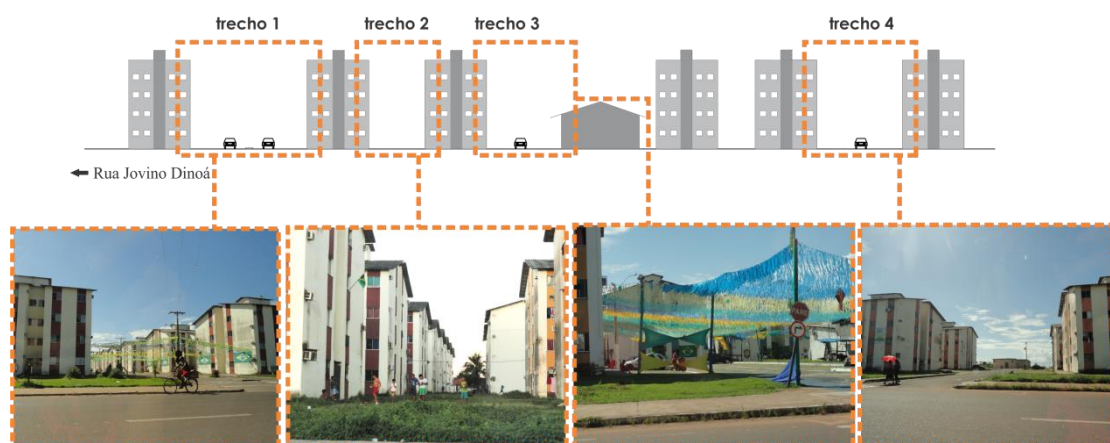
2.4 Posturas dos usuários nos Espaços Públicos do Conjunto Habitacional Mucajá

A partir das reflexões construídas nos capítulos anteriores relativas aos espaços públicos, constata-se que a apropriação desses espaços é um fenômeno pessoal, subjetivo e às vezes, produto de uma urbanidade inconsciente, mas que necessariamente manifesta uma

intenção de uso e como resultado, constitui uma expressão da vontade dos usuários claramente definidas nesses espaços. Para tanto, parte-se agora para uma abordagem prática e metodológica de análise sobre as posturas e atividades dos usuários³ no objeto deste trabalho: a apropriação dos usuários dos espaços públicos no conjunto habitacional Mucajá, a fim de constatar o comportamento e as atividades exercidas pela população nos recintos e espaços públicos da área em estudo.

Dessa forma, para obtenção dos dados de uso e apropriação dos espaços públicos na área, definem-se então quatro trechos de análise ao longo do conjunto habitacional Mucajá, ambos observados alternadamente durante três dias na semana: terça, quinta e sábado, nos períodos matutino e vespertino, nos horários das 10h e das 18h.

Figura 39: Trechos destinados à análises e coleta de dados *in locu*.



Fonte: A autora, 2014.






A figura 39 mostra que os espaços públicos dos trechos 1, 3 e 4 são compostos por eixos viários e passeios públicos, ao passo que o trecho 2 é composto por recintos abertos entre as edificações. A seguir, serão descritos e analisadas as observações feitas sobre quatro trechos ao longo dos três dias de visita em campo.

2.4.1 Posturas e atividades dos usuários no Dia 1

Período matutino: No dia 17 de junho de 2014 às 10h da manhã constataram-se os espaços públicos do trecho 1, 2, 3 e 4 cujos quais, em sua totalidade resultaram na seguinte tabela:

³ Análise baseada segundo o grupo de pesquisa: "Construcción del concepto Apropiación del Espacio Público mediante el cálculo de indicadores de permanencia, diversidad de uso y ocupación. Procedimiento para evaluar comportamientos de usuarios y transeúntes en espacios públicos existentes" da Universidade Nacional da Colômbia, 2007-2008.

Tabela 3: Síntese das observações dos trechos 1, 2, 3, 4 no período matutino.

Dia	Âmbito	Especificações	Quant. de pessoas
17/06/2014	 Socializar	Conversar, falar	2
Dia da semana	 Sentar-se	No gramado, na calçada.	5
Terça-feira	 Transitar	Caminhar, dirigir, andar de bicicleta.	11
Horário	 Brincar/Jogar	Pipa, futebol, outro.	6
10h (manhã)	 Esperar/observar	Falar ao celular, observar/ esperar alguém.	3
	 Trabalhar	Limpar, comercializar.	2

Fonte: A autora, 2014.

As atividades exercidas pelos usuários nos quatro trechos no período da manhã corresponderam em atividades como: o trânsito de pessoas pelos locais a pé, utilizando bicicleta ou veículo automotor (11 pessoas); alguns usuários no momento de coleta de dados observavam/esperavam alguém ou algo (3 pessoas); outros usuários utilizavam as calçadas para descanso, em virtude da falta de bancos (mobiliário urbano) nos referidos espaços do conjunto (5 pessoas). Vale ressaltar também, a existência de atividades recreativas por parte das crianças (6 pessoas) que pode ser justificada pelo acolhimento do recinto vazio entre as edificações.

Além disso, observam-se algumas pessoas socializando (2 pessoas), no sentido de conversar ou comunicar-se com outros usuários. Algumas pessoas também atuavam como vendedores ambulantes nos espaços públicos em questão (2 pessoas). A seguir, um croqui observacional de um dos trechos analisados nos espaços públicos do conjunto.




Figura 40: Usuários no trecho 2 às 10h (manhã).



Fonte: A autora, 2014.

Período vespertino: Às 18h da tarde observaram-se novamente as atividades exercidas nos espaços públicos dos trechos 1, 2, 3 e 4. Ambos resultaram na tabela, a seguir:

Tabela 4: Síntese das observações dos trechos 1, 2, 3, 4 no período vespertino.

Dia	Âmbito	Especificações	Quant. de pessoas
17/06/2014	 Socializar	Conversar, falar	2
Dia da semana	 Sentar-se	No gramado, na calçada.	5
Terça-feira	 Transitar	Caminhar, dirigir, andar de bicicleta.	11
Horário	 Brincar/Jogar	Pipa, futebol, outro.	6
18h (tarde)	 Esperar/observar	Falar ao celular, observar/ esperar alguém.	3
	 Trabalhar	Limpar, comercializar.	2

Fonte: A autora, 2014.

Na tabela acima observamos as atividades exercidas nos trechos no período da tarde, nas quais decorrem de 20 pessoas socializando; 5 sentadas nos passeios públicos/recintos; 11 transitando; 11 brincando; 11 esperando e; 3 trabalhando nos locais observados. Abaixo, um croqui de um dos trechos observados.

Figura 41: Usuários no trecho 4, período vespertino.









Fonte: A autora, 2014.

2.4.2 Posturas e atividades dos usuários no Dia 2

Período matutino: No dia 19 de junho, houve o prosseguimento da análise no mesmo horário definido no primeiro dia, às 10h da manhã e, resultou na tabela a seguir:

Tabela 5: Síntese das observações dos trechos 1, 2, 3, 4 no período matutino. Dia 2

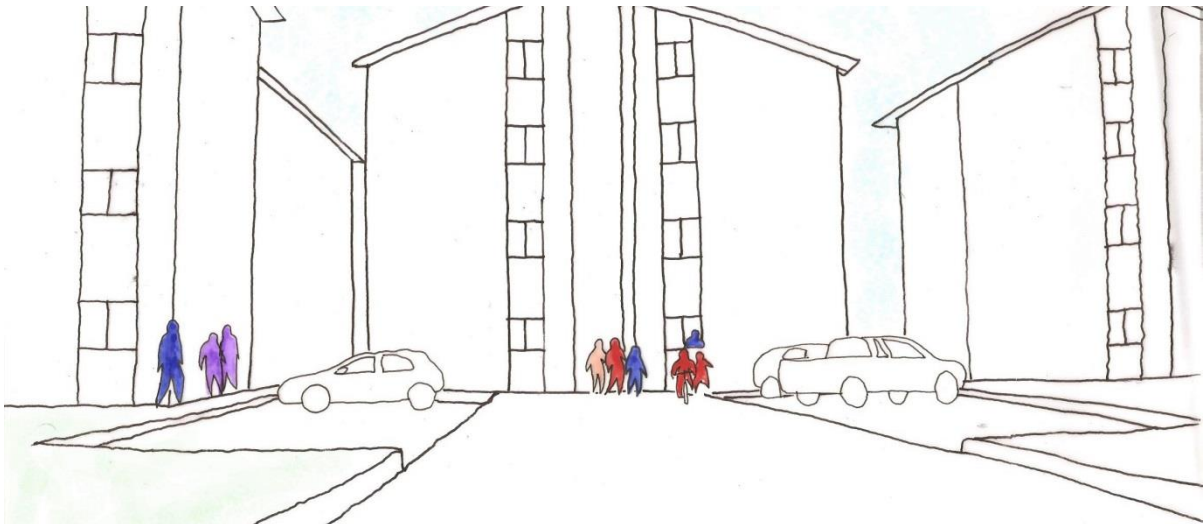
Dia	Âmbito	Especificações	Quant. de pessoas
19/06/2014	 Socializar	Conversar, falar	5
Dia da semana	 Sentar-se	No gramado, na calçada.	4
Quinta-feira	 Transitar	Caminhar, dirigir, andar de bicicleta.	9
Horário	 Brincar/Jogar	Pipa, futebol, outro.	4
10h (manhã)	 Esperar/observar	Falar ao celular, observar/ esperar alguém.	3
	 Trabalhar	Limpar, comercializar.	3

Fonte: A autora, 2014.

A tabela acima mostra que no momento da observação feita às 10h nos espaços públicos dos 4 trechos, havia 5 pessoas socializando; 4 sentadas na calçada; 9 transitando pelos espaços públicos; 4 brincando nos recintos; 3 esperando ou observando e outras 3 trabalhando ao longo dos trechos analisados.

A seguir, um croqui observacional relativo à análise dos usuários no período e horário de pesquisa *in locu*:







Figura 42: Usuários no trecho 3, período matutino. Dia 2.



Fonte: A autora, 2014.

Período vespertino: às 18h, observaram-se as seguintes atividades, compatibilizadas na tabela seguinte:

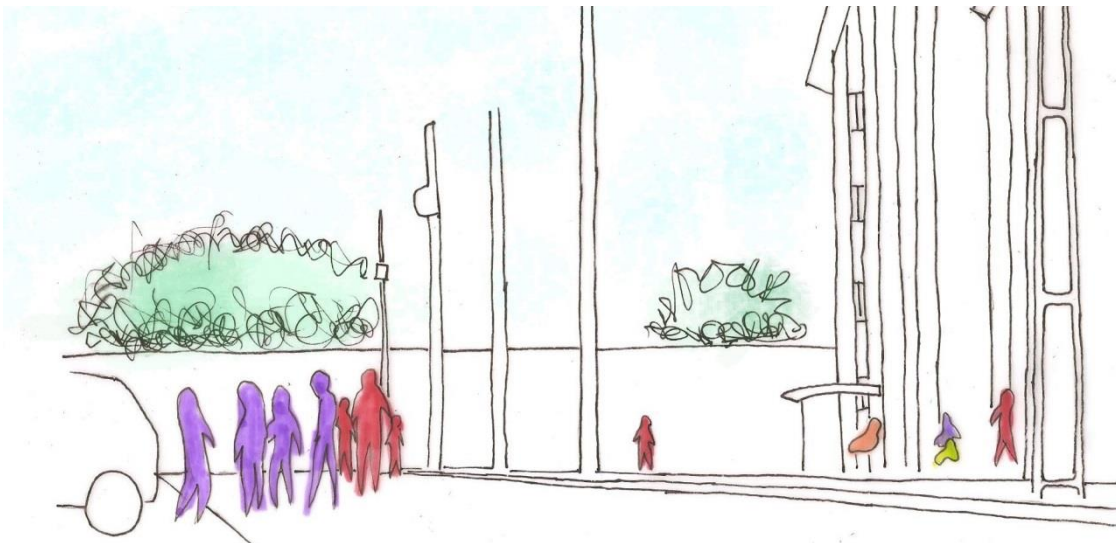
Tabela 6: Síntese das observações dos trechos 1, 2, 3, 4 no período vespertino. Dia 2.

Dia	Âmbito	Especificações	Quant. de pessoas
19/06/2014	 Socializar	Conversar, falar	9
Dia da semana	 Sentar-se	No gramado, na calçada.	7
Quinta-feira	 Transitar	Caminhar, dirigir, andar de bicicleta.	12
Horário	 Brincar/Jogar	Pipa, futebol, outro.	8
18h (tarde)	 Esperar/observar	Falar ao celular, observar/ esperar alguém.	5
	 Trabalhar	Limpar, comercializar.	4

Fonte: A autora, 2014.

Entende assim que, no referido horário a maioria dos usuários estava transitando pelos espaços públicos, ao passo que, as outras atividades como: socializar; brincar/jogar; sentar-se; esperar/observar e; trabalhar, também eram exercidas conforme os números indicativos da tabela acima. Abaixo, um croqui observacional de um dos trechos constatados no horário da pesquisa:

Figura 43:Usuários no trecho 1, período vespertino. Dia 2.








Fonte: a autoria, 2014.

2.4.3 Posturas e atividades dos usuários no Dia 3

Período matutino: no dia 21 de junho, às 10h da manhã prosseguiu-se com o último dia de observação das atividades exercidas pelos usuários nos trechos analisados em campo. As informações obtidas resultaram em síntese, na seguinte tabela:

Tabela 7: Síntese das observações dos trechos 1, 2, 3, 4 no período matutino. Dia 3.

Dia	Âmbito	Especificações	Quant. de pessoas
21/06/2014	 Socializar	Conversar, falar	4
Dia da semana	 Sentar-se	No gramado, na calçada.	1
Sábado	 Transitar	Caminhar, dirigir, andar de bicicleta.	4
Horário	 Brincar/Jogar	Pipa, futebol, outro.	0
10h (manhã)	 Esperar/observar	Falar ao celular, observar/ esperar alguém.	1
	 Trabalhar	Limpar, comercializar.	2

Fonte: A autora, 2014.

A referida tabela acima exhibe que, no período da observação constatada às 10h nos espaços públicos dos 4 trechos, havia 4 pessoas socializando; 1 sentada na calçada; 4 transitando pelos espaços públicos; 1 esperando ou observando e outras 2 trabalhando ao longo dos trechos analisados. Não houve usuários enquadrados na atividade brincar/jogar no momento de registro.

A seguir, um croqui explicativo relativo à análise dos usuários no período e horário de pesquisa *in locu*:

Figura 44: Usuários no trecho 3, período da manhã. Dia 3.



Fonte: a autoria, 2014.

Período vespertino: Como encerramento das observações, às 18h da tarde observaram-se outra vez as atividades exercidas nos espaços públicos dos trechos 1, 2, 3 e 4 que, em conjunto são sintetizados na tabela, a seguir:

Tabela 8: Síntese das observações dos trechos 1, 2, 3, 4 no período vespertino. Dia 3.

Dia	Âmbito	Especificações	Quant. de pessoas
21/06/2014	■ Socializar	Conversar, falar	9
Dia da semana	■ Sentar-se	No gramado, na calçada.	4
Sábado	■ Transitar	Caminhar, dirigir, andar de bicicleta.	13
Horário	■ Brincar/Jogar	Pipa, futebol, outro.	6
18h (tarde)	■ Esperar/observar	Falar ao celular, observar/ esperar alguém.	3
	■ Trabalhar	Limpar, comercializar.	1

Fonte: A autora, 2014.

Notou-se que, grande parte dos usuários/ transeuntes transitava nos espaços, além de pessoas socializando, crianças brincando/jogando dos recintos, outras sentadas ao longo das calçadas. Houve também aquelas que esperavam/observaram ao passo que apenas um usuário exercia a função de trabalho na hora do registro das análises.

Por fim, tem-se uma representação por croqui, sobre um dos trechos observados, a seguir:

Figura 45: Usuários no trecho 4, período vespertino. Dia 3.



Fonte: A autora, 2014.

observações que evidenciam o grande contingente de crianças nos recintos do referido trecho.

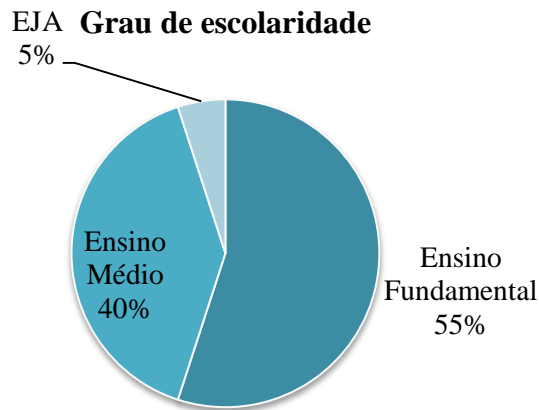
- Por outro lado, o trecho 1 é considerado mais populoso perante os demais em ambos os turnos, tendo em vista a quantidade de habitações que o rodeia de uma maneira linear, fato este que, atrai mais público. Neste espaço também são exercidas as atividades comerciais ambulantes.
- O trecho 3 possui uma característica mais restrita, que pode ser explicada pela morfologia do espaço, com menos dimensões, criando assim um ambiente estritamente local. Todavia, é movimentado pelos usuários pela manhã e tarde.
- Já o trecho 4, é considerado o trecho menos populoso pela manhã, entretanto pelo período da tarde possui uma apropriação relevante, pois alguns ambulantes ocupam a área nesse período.

2.5 Análise dos resultados obtidos por aplicação de questionário aos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá

Ao longo das pesquisas *in locu*, também se recorreu da aplicação de questionários específicos para identificar com mais restrição algumas problemáticas da área em estudo através da opinião pessoal dos moradores. Dessa forma, recorreu-se a uma população composta de vinte pessoas onde foram indagadas questões relacionadas às informações pessoais, como: faixa etária e grau de escolaridade; local e vivência; tempo e senso de moradia bem como; mudanças anteriores e posteriores ao remanejamento, englobando: habitação, segurança, coleta de lixo e, propostas urbanas esperadas. A pesquisa decorreu assim, da disponibilidade e contribuição de alguns moradores, que não manifestaram resistência ou atribuição política à referida pesquisa, atitude essa da maioria dos solicitados aos questionários. Dessa forma, os resultados obtidos a partir da implantação da metodologia *in locu* são descritos a seguir:

Grau de escolaridade: O gráfico 1 mostra que, há uma quantidade majoritária de pessoas enquadradas no Ensino Fundamental totalizando 55% dos entrevistados. Em seguida, temos 40% da população com o Ensino Médio e por fim, 5% com situação escolar no Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

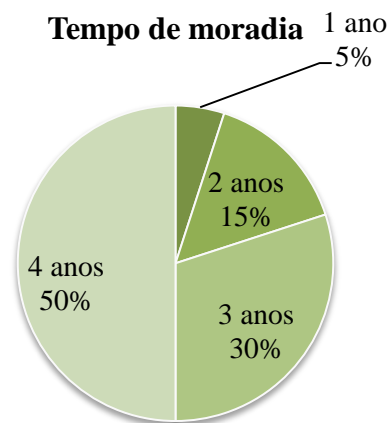
Gráfico 1: Grau de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: A autora, 2014.

Local e vivência: Quando perguntados sobre o tempo de moradia no conjunto habitacional Mucajá, 50% afirmou que mora no conjunto desde à sua implantação há 4 anos, ou seja, no ano de 2010; 30% respondeu que vive há cerca de 3 anos; 15% dois anos e 5% reside há aproximadamente 1 ano no local (ver gráfico 2).

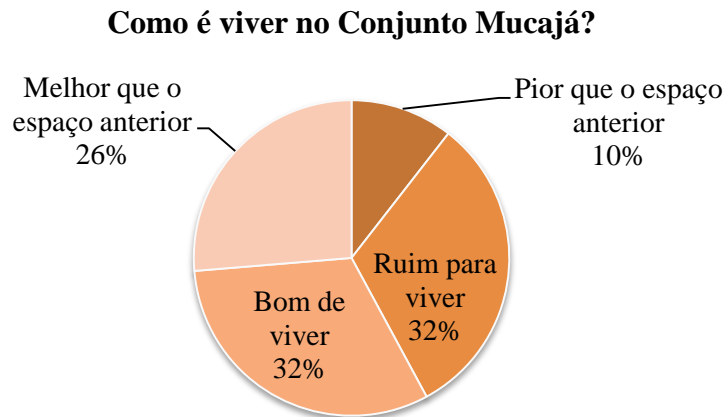
Gráfico 2: Tempo de moradia no conjunto habitacional.



Fonte: A autora, 2014.

Como é viver no conjunto Mucajá? A gráfico 3 ilustra o grau de satisfação de vivência no conjunto habitacional Mucajá, 32% afirmou que é um local bom para viver, assim como, 32% também evidenciou que o local é ruim para a moradia. Entretanto, 26% respondeu que o espaço é melhor que o anterior e apenas 10% considerou a área atual pior que o assentamento onde vivia, a Vila Mucajá.

Gráfico 3: Tempo de moradia no conjunto habitacional.

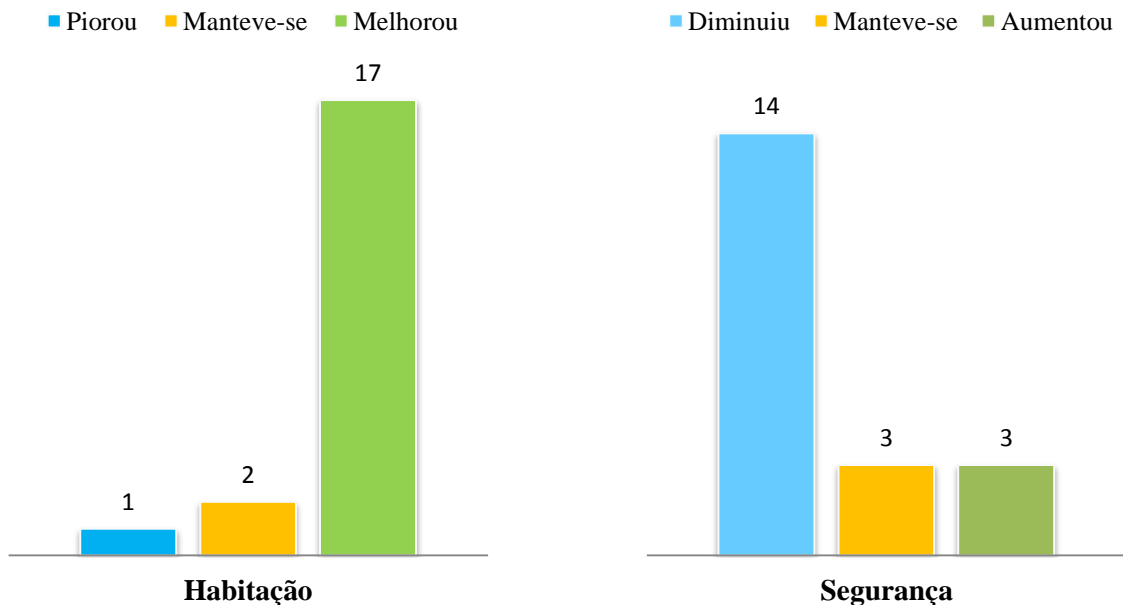


Fonte: A autora, 2014.

Mudanças antes e depois do Remanejamento: Para constatar alguns pontos referentes ao antigo assentamento precário e o atual conjunto habitacional de interesse social, foram necessárias algumas perguntas relativas às mudanças na habitação, segurança, coleta de lixo e organização do espaço, este também com especificações de pontos em uma eventual melhora.

Na *habitação*, por exemplo, 17 pessoas constataram que obteve melhora com o conjunto habitacional, ao passo que 2 descaram que tanto a habitação anterior quanto a atual estão em situação semelhante e, apenas 1 pessoa respondeu que a habitação atual piorou. Além disso, no ponto *segurança*, 14 pessoas afirmaram a redução da segurança; 3 afirmaram que manteve-se como a pertinente à área anterior bem como, 3 afirmaram que obteve um aumento.

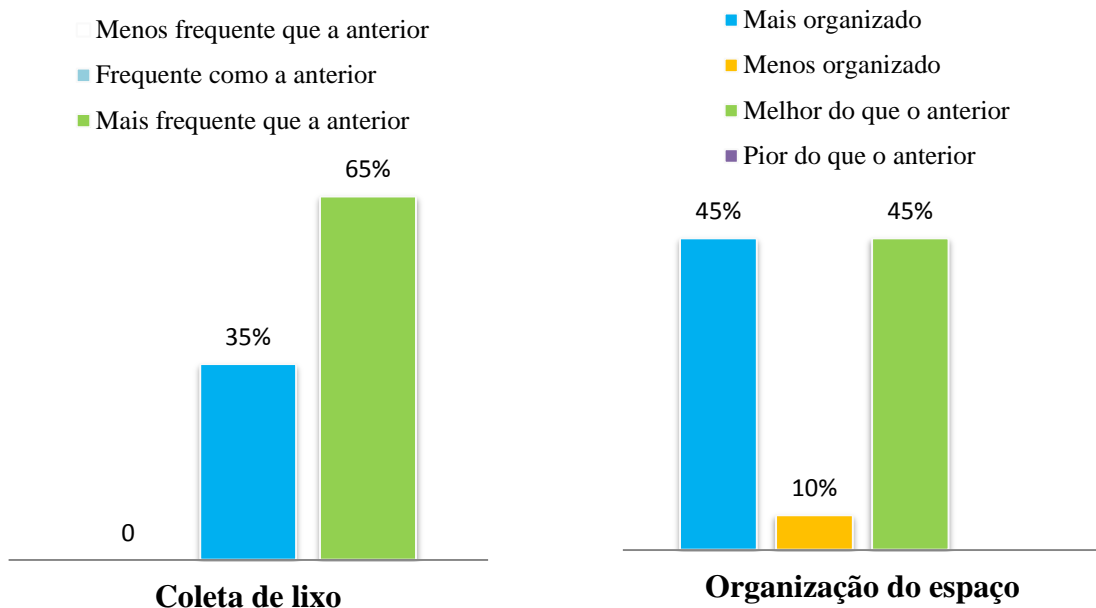
Gráficos 4 e 5: Mudanças: habitação e segurança.



Fonte: A autora, 2014.

Com relação aos pontos *coleta de lixo e organização do espaço*: 13 pessoas afirmaram que a coleta de lixo é mais frequente que a anterior, ao passo que 7 pessoas responderam que a frequência continua a mesma. Não houve resposta para a coleta menos frequente que a anterior. Todavia, quando perguntados se o espaço atual é mais organizado que o anterior, 9 afirmaram que sim; outros 9 afirmaram uma melhor organização e; apenas 1 afirmou ser menos organizado. Não houve resposta em relação à organização do atual espaço ser pior que ao anterior.

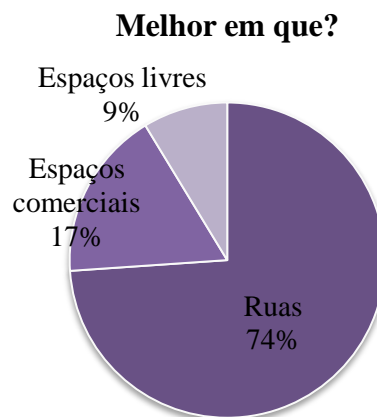
Gráficos 6 e 7: Mudanças: coleta de lixo e organização do espaço.



Fonte: a autoria, 2014.

Quando respondido o ponto *melhor em que*: 74% destacou a melhora das ruas; 17% dos espaços comerciais e; 9% dos espaços livres. Não houve resposta específica para outro tipo de melhora.

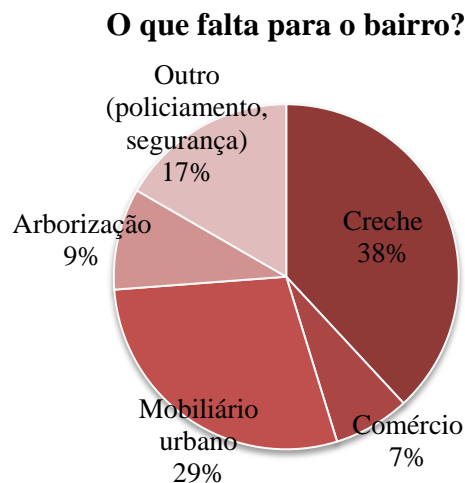
Gráfico 8: Mudanças: Melhorias



Fonte: A autora, 2014.

Por fim, no ponto das *propostas*, perguntou-se: O que falta para este bairro? 38% afirmaram a ausência de creches; 29% de mobiliário urbano (bancos, lixeiras, iluminação, abrigos de ônibus); 17% apontou a ausência de policiamento e segurança; 9% respondeu que há falta de arborização e; 7% demonstrou a necessidade de mais pontos comerciais ao longo do conjunto.

Gráfico 9: Propostas.



Fonte: A autora, 2014.

A partir desses resultados obtidos podemos constatar uma forte disparidade entre o assentamento precário e o atual conjunto habitacional. Entretanto, a visão dos moradores participantes da pesquisa evidencia que, a área agrega muitas problemáticas relativas principalmente a falta de equipamentos públicos para a realização de suas atividades cotidianas, apontando a creche como uma das principais ausências na área. Além disso, requer-se uma melhoria nos espaços públicos, mesmo que, estes tenham qualidade superior significativa em relação aos antigos espaços públicos antes do remanejamento.

3 O PROJETO

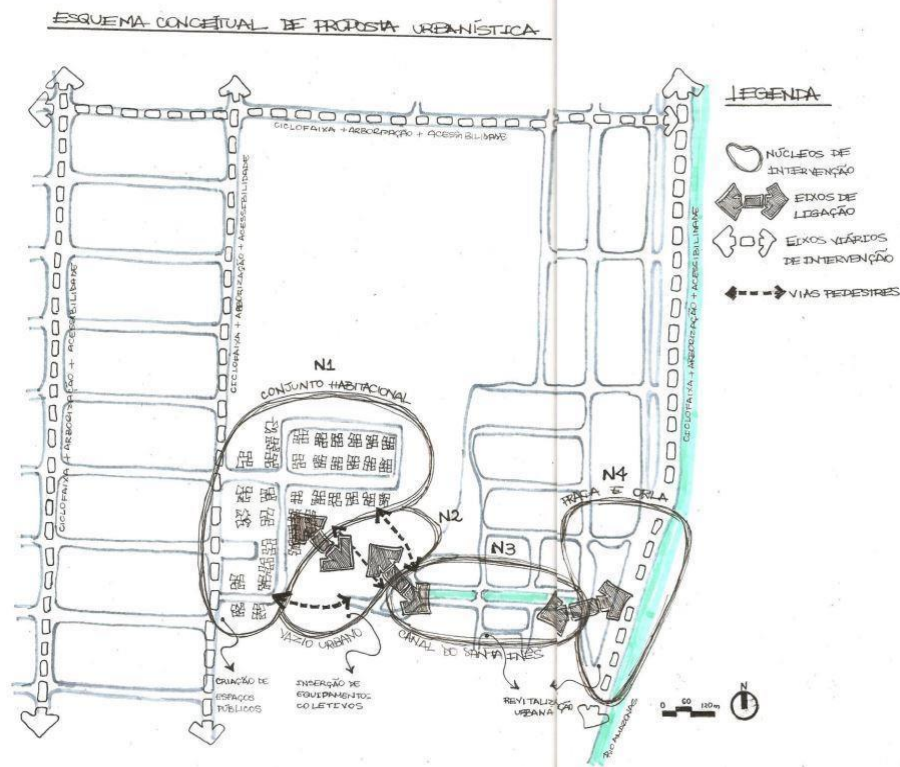
Ao longo das análises que foram exercidas no decorrer deste trabalho, verificamos a carência de muitos subsídios urbanos e infraestruturas básicas na zona estudada. Dessa forma, parte-se agora para a discussão dos diferentes elementos de projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico destinados à proposta e intervenção dentro da área de estudo desta pesquisa. Sendo assim, este capítulo se inicia explicando as variantes urbanas e arquitetônicas que condicionaram o estudo e a concepção do projeto. Vale ressaltar que, as etapas a seguir

descritas foram cruciais na consolidação de cada proposta realizada, pois foram estritamente discutidas sob orientação de profissionais e docentes, criticadas e correlacionadas com todo o diagnóstico da área realizado bem como, com os reflexos que as referidas propostas poderiam gerar caso sejam adotadas. Sendo assim, adotamos quatro etapas de projeto urbano, sejam elas: o plano conceitual urbano e suas linhas de força; o partido urbanístico; o estudo preliminar (a proposta) e o desenvolvimento do projeto básico e suas especificações, objetos finais deste trabalho. É importante afirmar aqui que essas etapas influem na construção de um projeto urbanístico com um alto grau de flexibilidade, onde as partes envolvidas (população, esferas públicas e privadas) bem como, seus processos (parcelamento do solo, uso e ocupação e restrições) podem ser negociáveis conforme as diretrizes legais visando os possíveis benefícios que o projeto ocasionará para todas as partes relacionadas na área. Desse modo, as etapas são descritas abaixo:

3.1 Plano conceitual urbano e suas linhas de força

Seguindo as considerações feitas anteriormente, o plano conceitual representa uma etapa onde são elencadas as principais carências na área e em seguida, convertidas em elementos que possam ser efetivados no desenho urbano. Este exercício exibe com mais clareza as ideias e objetivos relativos à área de intervenção, ou seja, o plano conceitual urbano surge com pontos previamente pensados e estrategicamente relacionados uns com os outros para a posterior concepção projetual.

Figura 46: Esquema conceitual da proposta urbanística.



Fonte: A autora, 2014.

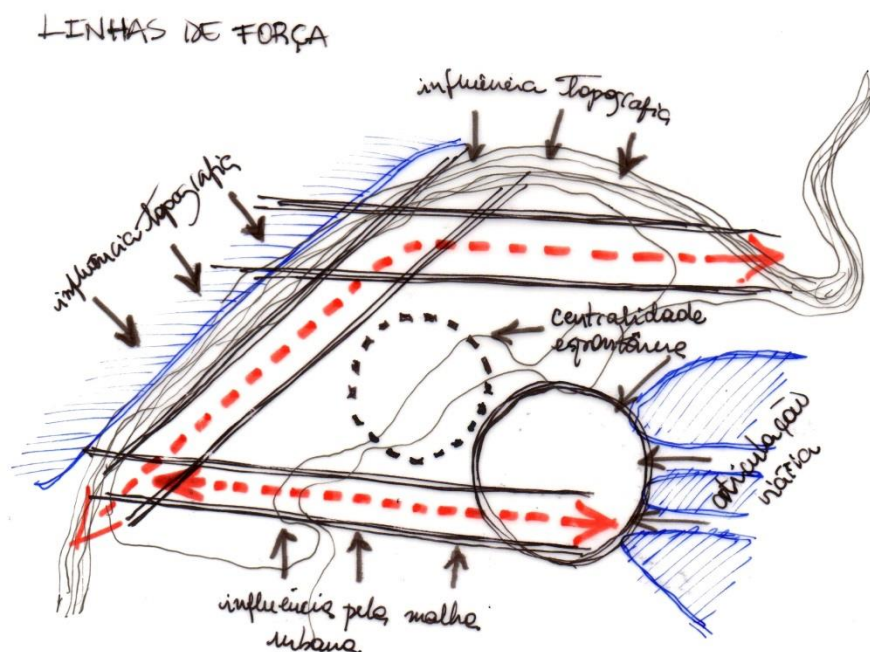
Abaixo, constam os núcleos de intervenção destacados no esquema conceitual:

- N1 - O primeiro núcleo corresponde ao conjunto habitacional Mucajá e seus espaços públicos;
- N2 – O segundo núcleo condiz ao vazio urbano, a área tangente ao conjunto;
- N3 – O terceiro núcleo diz respeito ao canal do Santa Inês e;
- N4 – O quarto e último núcleo corresponde à praça na área da orla.

Os eixos de ligação são as continuidades entre os núcleos que devem ser levados em consideração na proposta urbanística. Os eixos viários de intervenção correspondem ao tratamento dessas vias da área, pois são importantes para o tráfego no local. Além disso, são inclusas as vias para pedestres, conforme pontos descritos no partido urbanístico.

Com relação as linhas de força, aquelas consideradas altamente capazes de atrair e correlacionar os elementos urbanos pensados em uma proposta, temos a influência marcante de duas variantes na área: a primeira, caracterizada pela **topografia** e a **malha urbana** atual. (figura 47)

Figura 47: Linhas de força.

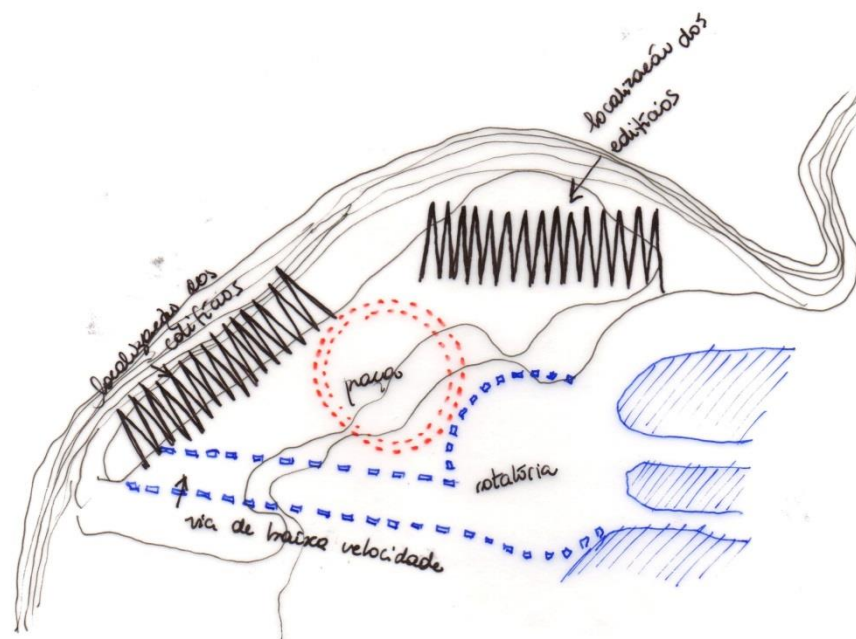


Fonte: A autora, 2014.

A topografia delimita claramente o desenho urbano a ser trabalhado e, ao mesmo tempo condiciona-se a ele, refletindo ou não em uma integração entre os níveis da qual ela é formada. Em outras palavras, o objetivo adotado aqui é intercambiar os níveis: plano e

acidentado bem como, permitir que o desenho urbano respeite e não avance com alterações extremas a configuração topográfica, ou seja, seus limites. Observa-se também a força proveniente da malha urbana com morfologia reticulada, não que esta seja uma condição que restrinja ou imponha limites ao projeto, mas foi levada em conta neste estudo, por estar relacionada com a totalidade urbana da cidade e por promover a articulação viária entre as rotas. O resultado dessa conformação resulta em uma centralidade que surge espontaneamente de acordo com as considerações adotadas nas linhas de força (ver figura 47).

Figura 48: Linhas de força e elementos.



Fonte: A autora, 2014.

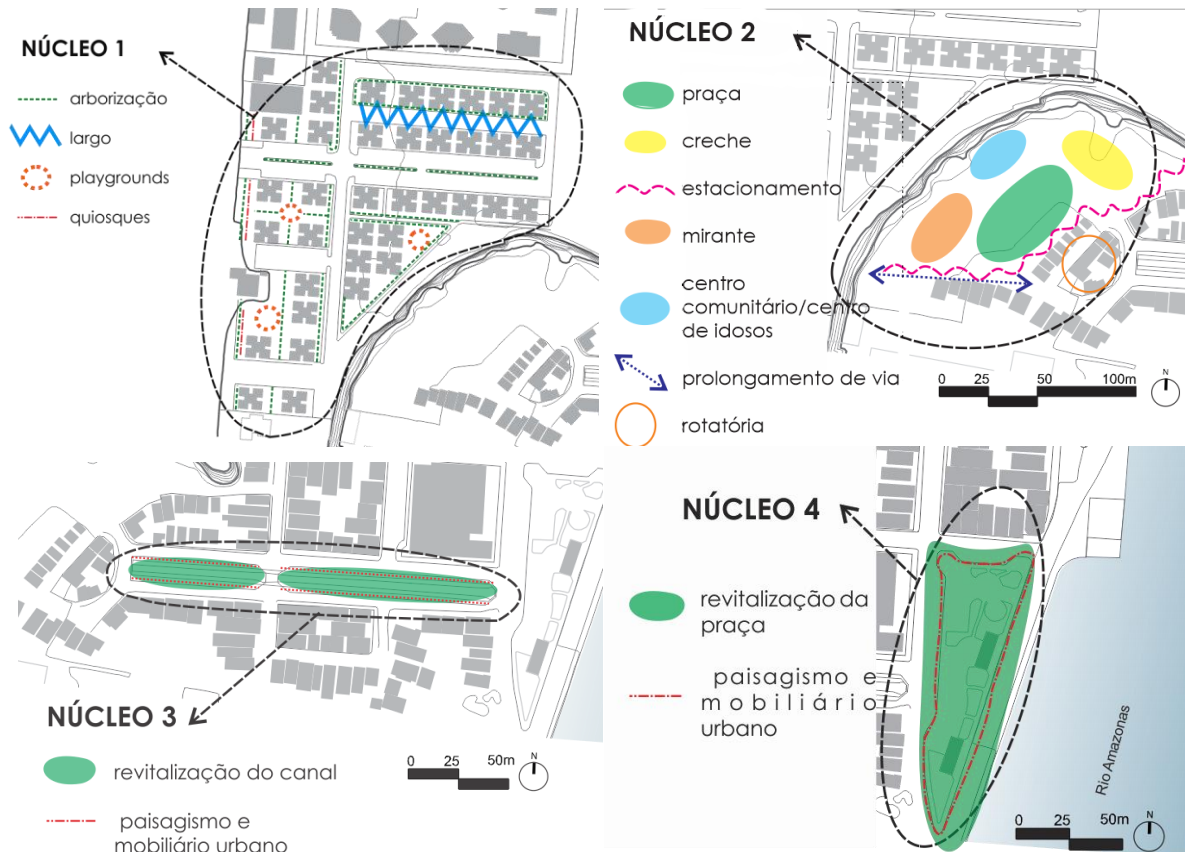
Em seguida, aplicam-se as propostas (figura 48) respeitando as linhas de força identificadas, surgem então: a localização dos equipamentos públicos edificados margeando as curvas de nível, fazendo que a topografia assumo o papel de recinto, criando certo acolhimento quando falamos de limites físicos e propondo uma aproximação entre eles (utilizando mecanismos de interligação, como passarelas, por exemplo). Da mesma forma, a proposta de uma praça assume o papel da centralidade espontânea e justifica-se como uma ligação entre os edifícios criando também um ponto de encontro entre eles. A articulação viária, por sua vez, resulta em uma rotatória por melhor converter as rotas já existentes na área e fazer com que o fluxo seja mais contínuo, sem muitas barreiras.

3.2 Partido Urbanístico

O partido urbanístico desempenha uma função importante quando considerado em uma etapa de projeto direcionado à uma área ou zona pois, insere uma série de possibilidades que podem ser facilmente compreendidas quando representado em gráficos ou esquemas. Dessa forma, concebemos o seguinte partido urbanístico a cada núcleo da área de intervenção:

O núcleo 1 conforme delimitado na imagem abaixo, é formado pelas edificações que compõem o conjunto habitacional Mucajá, pelos espaços livres públicos adjacentes à elas (com dimensões variantes) e, por fim, pelas vias ao longo do conjunto.

Figura 49: Núcleos e elementos de intervenção.



Fonte: A autora, 2014.

A proposta de intervenção no núcleo 1 é criar recintos e pontos de encontro onde há mais confluência de pessoas nos referidos locais. É importante observar que, as intervenções possuem certa limitação relativa às áreas existentes dos espaços livres públicos no conjunto. Entretanto, procura-se aproveitar ao máximo a disponibilidade desses espaços na intervenção. Sendo assim, esses ambientes poderão conter:

- **Playgrounds:** Como equipamentos recreativos, colaboram de maneira significativa para a qualidade de vida das crianças, pela multiplicidade de brinquedos que integram as atividades físicas e o convívio entre elas. São assim, espaços comunitários. Dessa forma, esses equipamentos estarão situados em três pontos ao longo do conjunto habitacional para atender a demanda das atividades recreativas diagnosticadas na área de intervenção.
- **Largo:** Os largos são formas urbanas diversificadas e heterogêneas Bonet Correa (1989). Dessa forma, no projeto urbano, uma das vias do conjunto (destacada na figura 49) poderia converter-se em um largo em toda a sua extensão no intuito de tornar a área mais transitável pelo pedestre e livre do tráfego de veículos, reforçando a função do espaço público e atraindo o convívio coletivo para aquele local que atualmente é remoto e desértico.
- **Quiosques:** Segundo Carr (1992) esses elementos fazem parte do panorama urbano de muitas cidades e, no contexto do espaço público, como as ruas e as praças, por exemplo, eles revelam a possibilidade de crescimento e impulso de pequenos negócios, por meio da comercialização de produtos, prestação de serviços, exposições e mostra culturais. No aspecto visual, dão realce e contextura no meio onde estão inseridos, criando visualidades diferenciadas nos espaços públicos.
- **Arborização (Paisagismo):** A área também contará com a presença de paisagismo, como vegetação arbórea, forração e mobiliário urbano para tratamento de áreas degradadas ou ausentes de tratamento paisagístico básico.

No núcleo 2 propõe-se a inserção dos equipamentos públicos bem como, tratamento de áreas degradadas ao longo da área. Os equipamentos públicos, respectivamente são:

- **Creche:** De acordo com os dados que foram fundamentados pelas análises ao longo da área, notamos um grande indicativo sobre a necessidade de contar com uma creche (tanto pela localização das creches através das cartografias realizadas nesta pesquisa quanto pelas entrevistas dos moradores do conjunto habitacional). Optamos então pela inserção desse equipamento por sua relevância com a sociedade, de prover educação e civilidade que se inicia na infância. Além disso, é válido a localização próxima de uma creche no conjunto pois, auxilia no deslocamento, que poderá ser feito à pé.
- **Praça:** Outro elemento o qual recorreremos na proposta é a inserção de uma praça que anteriormente foi justificada pela centralidade espontânea das linhas de força. O vazio

urbano atual poderá converter-se na praça e tornar-se um espaço público de fato, além de prover à população um novo espaço requalificado dotado de recreação e de lazer.

- **Estacionamento, rotatória e prolongamento de via:** Esse elemento surge pela necessidade dos equipamentos públicos de receber uma capacidade específica de veículos temporariamente, no intuito de desafogar o estacionamento das vias locais. A rotatória, por sua vez, articula os fluxos das vias, já que estas confluem de modo irregular. Prolonga-se a via para que o fluxo até o estacionamento não seja interrompido.
- **Mirante:** Tendo como referência a visão privilegiada do conjunto Mucajá para o rio Amazonas optou-se por inserir um mirante a fim de reforçar e demarcar um ponto de visão exclusivo e diversificado.
- **Centro comunitário/ centro de Idosos:** A proposta também engloba a existência de um centro comunitário ou um centro de idosos pois, conforme observado nas análises existe um contingente significativo de moradores e idosos que passam o tempo em frente aos edifícios. Isso justifica-se pela ausência de espaços destinados à esse público.
- No núcleo 3 propomos a **revitalização do Canal do Santa Inês** pois, atualmente encontra-se degradado e transmite uma visualidade de um local abandonado e árido. No caso do núcleo 4 sugerimos a **revitalização da praça do Santa Inês** com o intuito de reforçar a vivência daquele espaço público. Ambos os núcleos contarão com o paisagismo através da vegetação e mobiliário urbano

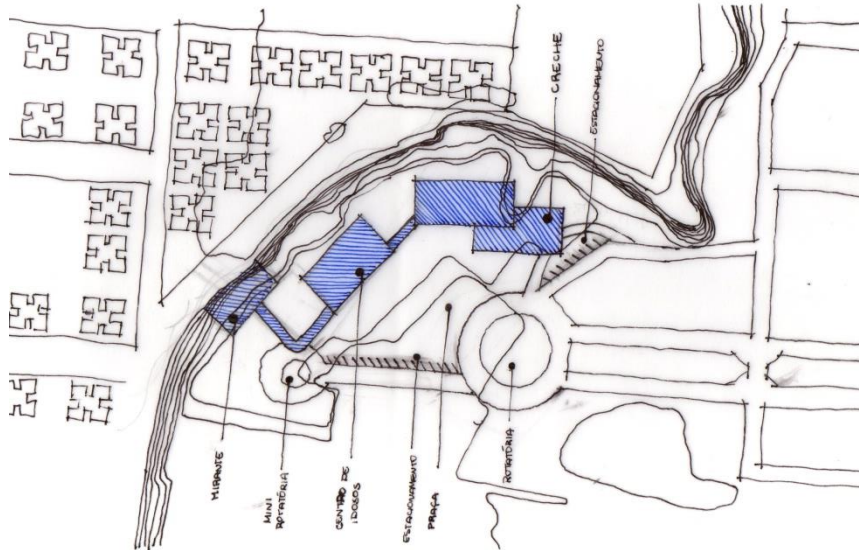
Além disso, no referido partido, foram inseridas algumas considerações como: arborização e acessibilidade nas vias; reconstrução dos espaços públicos entre as habitações do Conjunto Mucajá; criação de links urbanos partindo do conjunto até o rio Amazonas; valorização do pedestre e do ciclista; o rompimento as barreiras da topografia, a integração da zona da habitação social ao tecido do bairro e da cidade bem como, a utilização dos espaços vazios que se apresentam na centralidade da área. Vale ressaltar que, todos esses elementos são preponderantes para a consolidação das propostas urbanísticas.

3.3 Estudo Preliminar

O estudo preliminar urbano é outra etapa progredida relativa ao desenvolvimento do projeto. Sendo assim, essa fase já nos direciona para formas mais consolidadas, com

representações mais próximas da realidade como, por exemplo, a morfologia viária e edilícia, onde temos claramente as dimensões almejadas pelo projeto urbano.

Figura 50: Proposta preliminar



Fonte: A autora, 2014.

Na figura acima verificamos a implantação de alguns equipamentos e infraestruturas como: creche, estacionamento, mirante, centro de idosos, praça e rotatória.

Figura 51: Proposta preliminar final.



Fonte: A autora, 2014.

Na figura acima temos uma representação mais minuciosa da proposta de estudo preliminar relativa ao desenho e projeto urbano da área de intervenção. A referida proposta urbana engloba os equipamentos públicos: creche, playgrounds, mirante e centro

comunitário/de idosos bem como, os espaços públicos: largos, vias, calçadas e rotatória, canal urbanizado, praças e recintos.

3.4 Projeto básico e especificações

Dois dos equipamentos urbanos destacados e implantados no estudo preliminar da proposta final constam nos apêndices deste trabalho bem como, seus respectivos memoriais. Ambos foram desenvolvidos e detalhados em nível de projeto básico: sendo eles, a Creche e a Praça Mucajá onde ela está inserida.

Figura 52: Proposta volumétrica da creche.



Fonte: A autora, 2014.

A creche foi desenvolvida com base nos conceitos da arquitetura escolar pública. Entretanto, a edificação buscou priorizar o conforto de seus usuários através do diálogo entre os ambientes e suas localizações bem como, seus elementos construtivos como, por exemplo, a utilização de venezianas industriais de policarbonato que permitem a ventilação e ao mesmo tempo a iluminação natural somada à proteção contra chuvas; a presença de brises em madeira e a utilização de vegetação entre eles, além de paredes corridas por elementos vazados em madeira que auxiliam na manutenção do ar no interior da edificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa apresentada como trabalho de conclusão de curso originou-se na intenção de compreender a relação entre espaço público e habitação de interesse social. O questionamento criado diante das implicações entre esses dois elementos motivaram um aprofundamento na temática e no desempenho em desenvolver uma pesquisa de caráter urbano e social além de propor várias possibilidades de intervenções vinculadas ao projeto urbano bem como, diretrizes para pesquisas e intervenções futuras relacionadas ao tema principal (como descrito na justificativa e objetivos específicos deste trabalho).

Para a concretização desta pesquisa foi crucial a realização de leituras, pesquisas e estudos de caso pertinentes à HIS e espaço público além do diagnóstico que, requereu maior dedicação para sua formulação bem como, a redação de seus resultados. Constatou-se que a área destinada a este trabalho foi amplamente estudada e analisada exibindo assim, uma série de dados comparados e discutidos que podem servir de base para futuras pesquisas destinadas ao Conjunto Mucajá e seu entorno. Além disso, os exercícios vinculados ao projeto urbano para a área foram válidos e evidenciaram possibilidades reais de requalificação urbana e materialização de equipamentos públicos que atendam a população do local funcionando também como, acervo para exercícios de projeto urbano, relacionados ao tema aqui abordado.

Vale ressaltar também a possibilidade de implantação dos projetos aqui descritos: arquitetônico e urbano (que nessa etapa foram desenvolvidos em nível de projeto básico). Nesta prerrogativa, é necessário considerar sua revisão e viabilização com os recursos públicos além de sua correlação com projetos complementares (paisagismo, instalações, estrutural, etc...) para que, de fato, seja executado dentro dos parâmetros legais da construção civil.

Ao fim, foi verificada a hipótese de que a área estudada encontra-se em situação de segregação e de fragilidade urbana. Entretanto, existem grandes possibilidades de reconversão e desenvolvimento quando empenhados planejamento e gestão, onde as partes envolvidas possam dialogar no intuito de gerar a qualidade de vida, neste caso entre a habitação de interesse social e os espaços públicos da zona.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Paula. **Reflexões sobre o espaço público atual**. In: Espaço e cidade: conceitos e leituras / organização Evelyn Furquim Werneck Lima, Miria Roseira Maleque. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ASSIS, R. L. Entre a “informalidade” e o reconhecimento: Vendedores ambulantes e busca por reconhecimento no espaço público urbano. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Diversidades e (Des) igualdades, Salvador 2011, Universidade Federal da Bahia.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9284: **Equipamento urbano**. Rio de Janeiro, 1986.

BARBOSA, B. R.; PESSINA, L; RODRIGUES, E. Produção Social da Moradia: desafios da política da habitação. XI Encontro Nacional de Moradia Popular, da União Nacional por Moradia Popular e do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Goiânia, 2008.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm> Acesso em: 3 jul. 2014.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. Vargas, Arquitetura Moderna e a origem da Habitação Social no Brasil. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/511/487>>

BONET CORREA, Antonio. Las Claves del Urbanismo, Barcelona: Ariel, 1989.

BORJA, J. Ciutat real, ciutat ideal. Significat i funció a l'espai urbà modern, *Urbanitats*, Barcelona, n. 07, 1998.

_____. Espaço público y derecho a la ciudad. Revista *Viento Sur*, núm. 116, maio de 2011.

_____. Espaço público, condição na cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio. *Arquitextos* núm. 072.03, ano 06, maio de 2006.

CABANES, Robert *et al.* **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G.; STONE, Andrew M. **Public Space.** New York: Cambridge University Press, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: editora Ática, 1989.

DELGADO, Manuel. **El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos.** Barcelona: editorial anagrama, 1999.

DHESCA, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbanizada. **Missão Norte: Relatório da Missão de Investigação à Macapá.** Goiânia, 2008.

DRUMMOND, J. A. L.; OLIVEIRA, C. P.; SOUZA, J. S. A. **Aspectos Históricos da Ocupação Territorial nas Ressacas de Macapá e Santana.** 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/3431932/ASPECTOS_HISTORICOS_DA_OCUPACAO_TERRITORIAL_NAS_RESSACAS_DE_MACAPA_E_SANTANA>

ESKINAZI, Mara Oliveira (2008). A Interbau 1957 em Berlim – Diferentes formas de habitar na cidade moderna. *Dissertação de mestrado.* Porto Alegre: PROPARG – UFRGS.

FILIPPINI, E; PAIVA, M. S. O. Corredor Cultural e Turístico São Vicente: Revivendo a História de Manaus. *Revista Eletrônica Aboré,* Manaus, v. 3, n. 3, nov. 2007.

GEA, Governo do Estado do Amapá. **Os primeiros bairros de Macapá.** Macapá, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. Olhares geográficos: modos de viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HELM, J. “Cinema e Arquitetura: Filme "The Pruitt-Igoe Myth: an Urban History", 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/21785/cinema-e-arquitetura-filme-the-pruitt-igoe-myth-an-urban-history>>2013. Acesso em: 6 Out. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros resultados do censo demográfico 2010.** 2011.

- IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Rua XV de Novembro**. 2012. Disponível em: <<http://ippucnet.ippuc.org.br/>>. Acesso em 01 de ago de 2014.
- IRAZÁBAL, C. Do Pruitt Igoe ao World Trade Center: planejando a ex/implosão do (pós) modernismo. *ANPUR: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 2, 2003.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano** [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MACEDO, Silvio; ROBBA, Fábio. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp: Imprensa. Oficial do Estado, 2002.
- MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política urbana no Brasil. *AU: Arquitetura e Urbanismo*, v.156, p.64-65, 2007.
- MARQUES, S. *A ética habitante e o espírito do Brutalismo*. X Seminário Docomomo Brasil - Arquitetura Moderna e Internacional: Conexões Brutalistas 1955-75. Curitiba, Outubro de 2013.
- MENEZES, M. L. P. A Cidade e o Rio, o Rio e a Cidade: Espaços para o Público. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. XI, n. 245, ago. 2007.
- MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitectónicos contemporáneos**. Dados eletrônicos. Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2008.
- NASCIMENTO, E. Produção de uma Topografia Social Urbana. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 75-94, set./dez. 2012.
- NETTO, Vinícius de Moraes. Retrato Dinâmico da Segregação Urbana: Lógicas de apropriação para uma mecânica da segregação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. VIII ANPUR: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Maio/novembro n° 1, maio de 1999.
- NEVES, Letícia de Oliveira. **Arquitetura bioclimática e a obra de Severiano Porto: estratégias de ventilação natural**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.
- PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Tradução de Francisco Leitão. Coleção arquitetura e urbanismo. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2006.

PMM, Prefeitura Municipal de Macapá. **Projeto Habitacional Mucajá**. Macapá, 2012.

PMM, Prefeitura Municipal de Macapá. **Plano Diretor de Macapá**. Macapá, 2004/2011.

PORTILHO, I. S. Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/A. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

QUEIROGA, E. F. Do vazio ao espaço público: requalificando paisagens, reestruturando territórios. *Paisagem Ambiente: ensaios*, n. 28. São Paulo. páginas 21-40, 2011.

RAMALHO, Antônio Leite. **Urbanismo: retratos urbanos**. 1ª ed. Póvoa de Varzim: caleidoscópio, 2004.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho Urbano: cabeça, campo e prancheta**. 19 ed. São Paulo: Projeto, 1986.

RUCHAUD, G. Pruitt Igoe. 2011. Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/pruitt-igoe/>> Acesso em: 6 Out. 2014.

SABOYA, R. Analisando os usos do solo. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2007/08/analizando-os-usos-do-solo/>> Acesso em: 2 jul. 2014.

SANTOS, E. C. **A modernização do centro antigo de Macapá (1943/2005): Políticas Públicas desmemoriadas e superficiais**. Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará, 2010.

SILVA, A. A. et al. A Utilização da Matriz Swot como ferramenta estratégica – um Estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. *SEGET*. São Paulo. 2011.

SILVA, Nelson Pedro da. **Entre o público e privado: ensaio sobre o valor da lealdade à palavra empenhada na contemporaneidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SOUZA, Stefania. **O ato de habitar em espaços residuais da cidade**. São Paulo: Editora Magister, 2012.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade Urbana e Cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2012.

VIEIRA, L. B. **Influência do Espaço Construído na Ocorrência de Crimes em Conjuntos Habitacionais**. 2002. 310 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

QUESTIONÁRIO SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ, EM MACAPÁ-AP.

1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

1.1 - Nome do entrevistado:

1.2 - Idade:

1.3 - Grau de escolaridade:

2. LOCAL E VIVÊNCIA

2.1 - Tempo de moradia no Conjunto Habitacional Mucajá:

() Desde o conjunto () 1 ano () 2 anos () 3 anos

2.2 - Como é viver no Conjunto Mucajá?

() Pior que o espaço anterior () Ruim para viver () Bom de viver () Melhor do que o anterior

3. MUDANÇAS: ANTES E DEPOIS DO REMANEJAMENTO

3.1 - O que mudou?

3.1.1 - *Habitação*

() Piorou () Manteve-se () Melhorou

3.1.2 - *Segurança*

() Diminuiu () Manteve-se () Aumentou

3.1.3 - *Coleta de lixo*

() Menos frequente que a anterior () Frequente como a anterior () Mais frequente que a anterior

3.1.4 - *O espaço é mais organizado do que o anterior?*

() Mais organizado () Menos organizado () Melhor do que o anterior () Pior do que o anterior

3.1.5 - *Melhor em que?*

() Ruas () Espaços Comerciais () Espaços livres () Outro _____

4. PROPOSTAS

4.1 - O que falta para este conjunto?

() Creche () Comércio () Mobiliário Urbano (bancos, iluminação, lixeiras, abrigos de ônibus)

() Arborização () Outro _____

APÊNDICE 2

MEMORIAL JUSTIFICATIVO DA INTERVENÇÃO URBANA E CRECHE

Em função da legislação, optou-se por projetar uma edificação (creche) com altura máxima de 10 m, correspondendo ao térreo e ao pavimento superior. Nessa edificação foram adotadas características termicamente eficientes, como a utilização de muitos elementos vazados bem como, um sistema de ventilação e iluminação natural que compõe o telhado. O somatório destes elementos formou um projeto de esfera pública com caráter estético diferenciado do que comumente se observa nas implantações feitas pelos governos e prefeituras.

Para a edificação aproveitar de uma melhor eficiência energética e conseqüentemente do conforto térmico, as maiores fachadas foram orientadas à norte-sul e ambas foram tratadas com a inserção de brises-soleil para redução da incidência solar nas mesmas. Vale ressaltar o caráter diferenciado desses elementos que compuseram esteticamente a fachada principal.

As áreas externas à creche são, em sua maioria, ajardinadas. O intuito é gerar qualidade ambiental e proporcionar a integração entre a creche e a praça. Nessa integração foi utilizada a pavimentação do tipo intertravada e forração a fim de proporcionar a drenagem das águas pluviais.

A intervenção sediará diversos equipamentos de caráter público. A área está situada entre as ruas Jovino Dinoá e Beira-Rio. Está submetido à legislação urbana englobando 2 setores diferentes descritos nas análises sobre legislação no capítulo de diagnóstico deste trabalho.

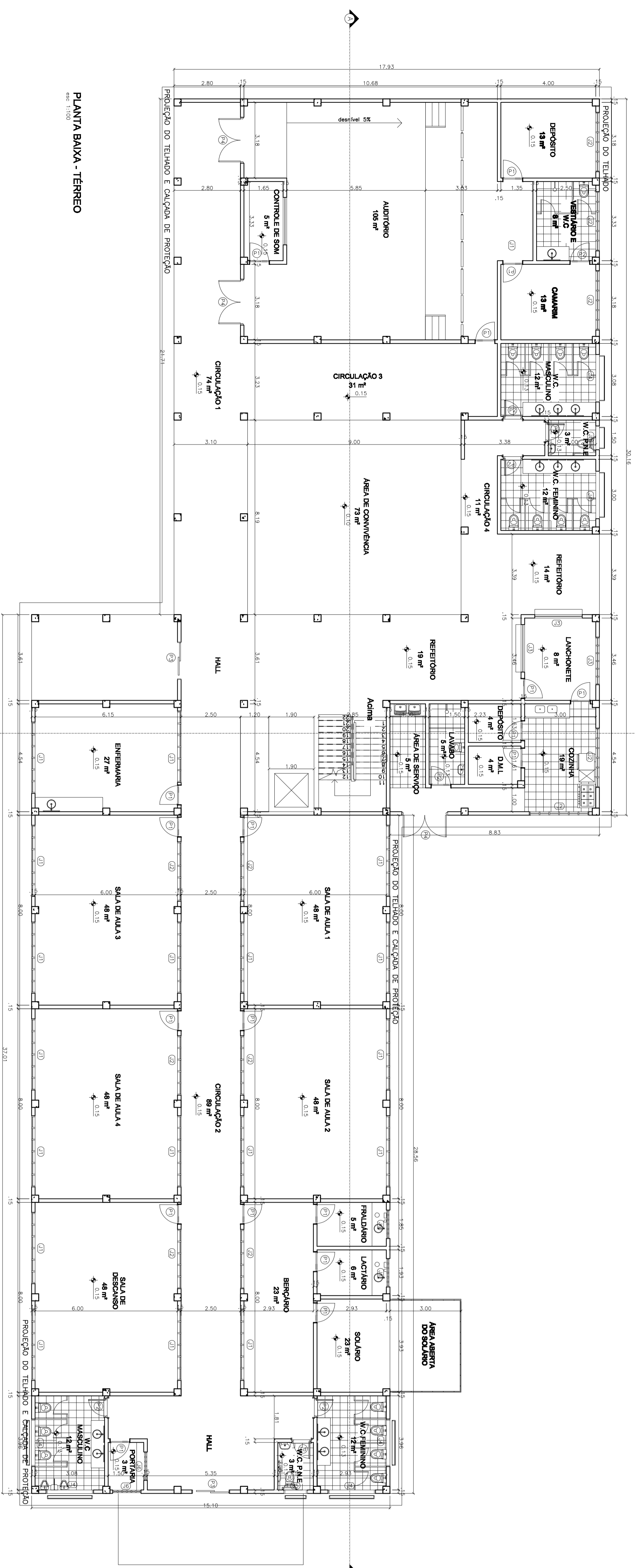
Considerando que a área é limitada pela topografia, o projeto reconverteu essa característica em reestruturação urbana para que os usuários pudessem facilmente ter acesso à ela, através da implantação do mirante com rampas de acessibilidade e reordenação das vias existentes bem como, ampliação e inserção de elementos de tráfego como a rotatória. Além disso, as vias e as calçadas foram alvo de reestruturação e ordenamento e contarão com pavimentação intertravada e rebaixamento de meio-fio com a sinalização tátil destinados aos portadores de necessidades especiais ou usuários com dificuldade de locomoção. Em alguns pontos foi possível a inserção de arborização viária de grande porte para o provimento de sombreamento nos horários de insolação

APÊNDICE 3

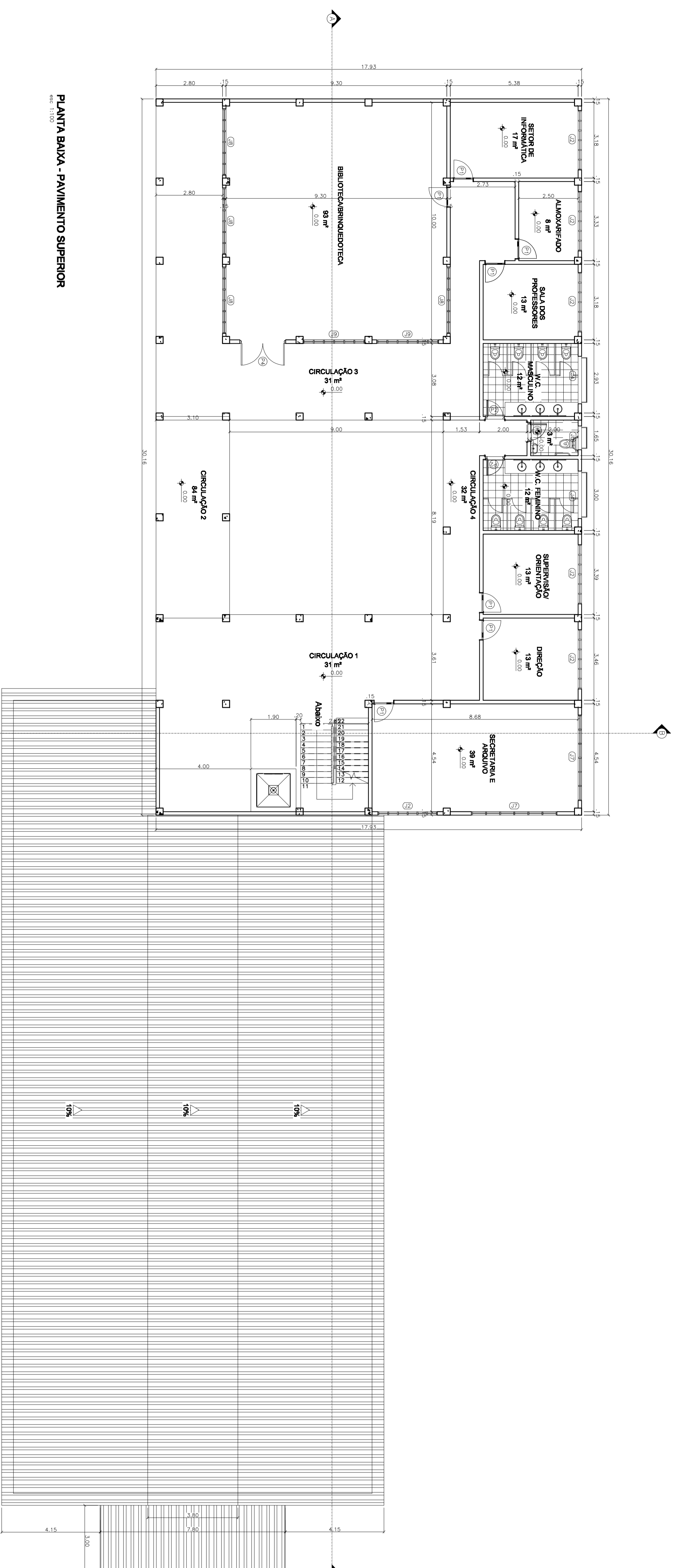
MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÕES

O presente memorial descritivo foi preparado com a finalidade de nortear o projeto de urbanização, edificações, e paisagismo de espaços públicos ao longo do conjunto habitacional Mucajá e suas adjacências, localizados no Bairro Santa Inês e Beírol, em Macapá-AP. Sendo assim, são expostas as diretrizes fundamentais dos serviços indispensáveis a implantação das intervenções em questão, almejando à reconstituição da paisagem, relacionando funcional e esteticamente todos estes aspectos.

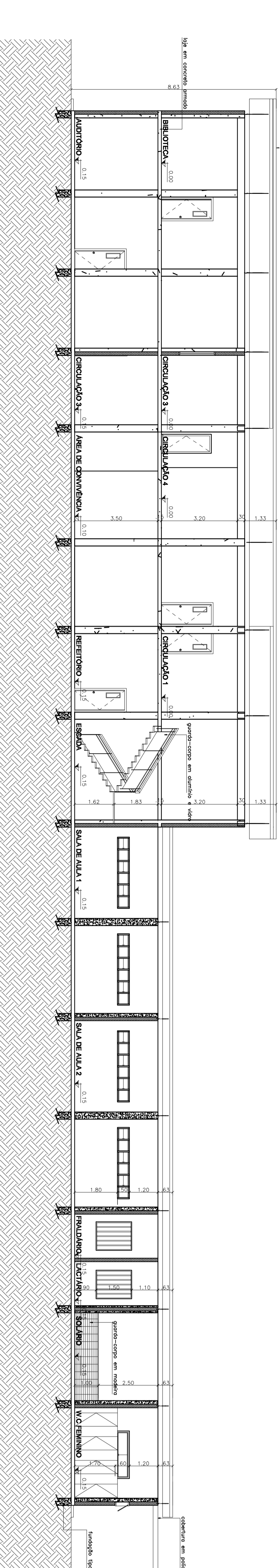
- **Os pisos:** O desenho do piso (do tipo intertravado) deve ser executado em conformidade com o projeto e permitir a presença de elementos importantes como, bocas de verificação de esgoto e escoamento, energia elétrica, abastecimento de água, telefonia, grelhas de drenagem de águas pluviais, postes de iluminação pública, bancos e demais equipamentos, não permitindo que estes interrompam o prolongamento e a leitura do desenho conforme o projeto.
- **A vegetação:** Os elementos de vegetação de pequeno porte ficarão limitados às floreiras, e não serão utilizadas vegetações de porte médio, a fim de evitar o surgimento de paredes vegetais que impeçam a visão. A vegetação de grande porte será distribuída ao longo das áreas abertas bem como a forração.
- **Os equipamentos urbanos:** Não se objetivou desenvolver um desenho a nível de projeto básico de todos os equipamentos urbanos propostos no estudo preliminar, chegando porém, a algumas considerações e diretrizes para futuros projetos. Sendo assim, os equipamentos devem ser necessariamente duráveis, esteticamente agradáveis, integrados uns com os outros e com seu entorno, considerando o custo-benefício de suas construções.
- **As vias e calçadas:** devido à pouca largura existente das calçadas da área não serão permitidos prolongamentos de edificações sobre seu espaço; estacionamento temporário; bancas de revista; atividade ambulante; descarregamento de resíduos sólidos que obstruam o fluxo de pedestres ao longo de suas dimensões. Os únicos elementos os quais poderão ser considerados ao longo das calçadas são os postes de iluminação pública e a arborização quando implantados respeitando o alinhamento e utilizando os elementos adequados para essa implantação.



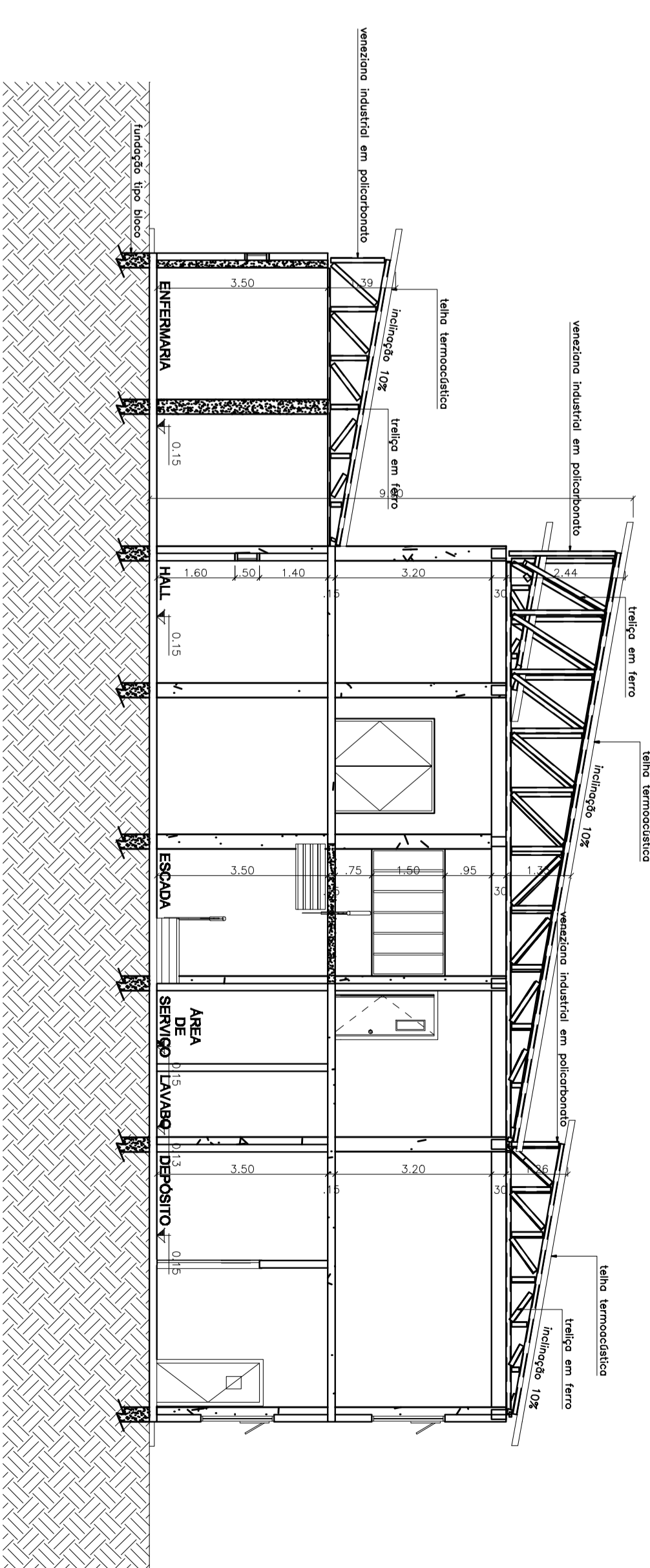
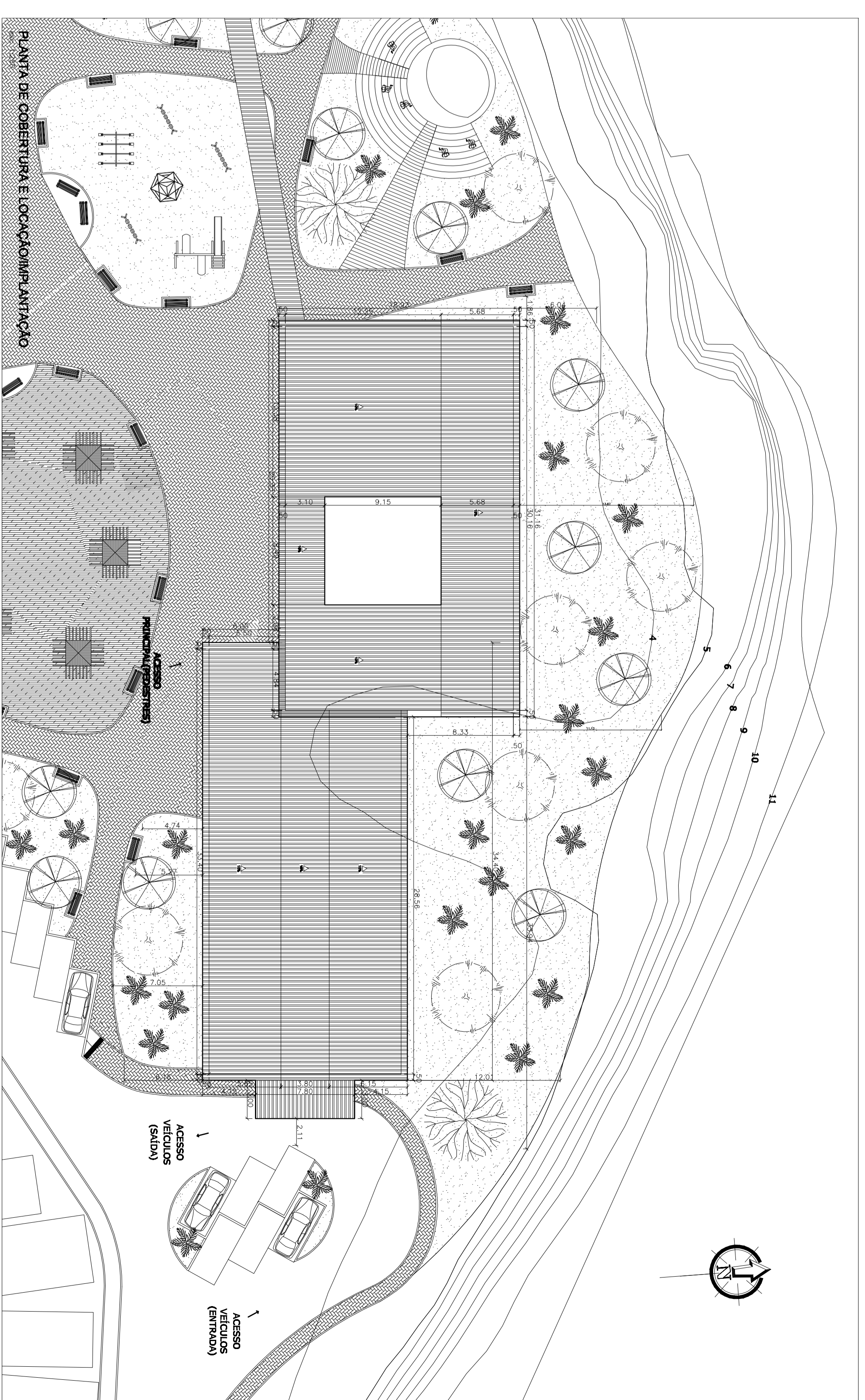
PLANTA BAIXA - TERRENO



PLANTA BAIXA - PAVIMENTO SUPERIOR



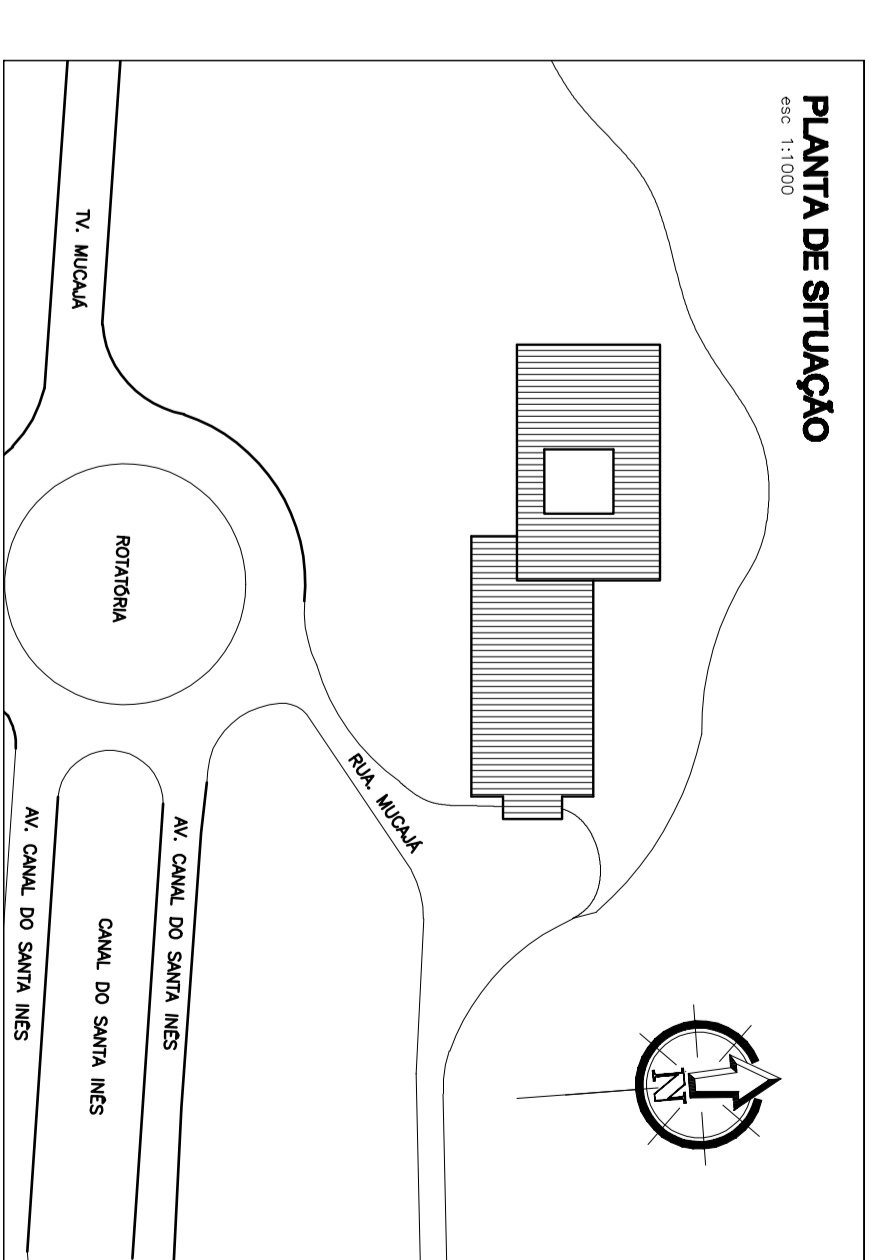
CORTE LONGITUDINAL - A-A



CORTE TRANSVERSAL - B-B

ESQUADRIAS

P1	0,50m x 2,10m
P2	0,50m x 2,10m
P3	1,50m x 2,10m
P4	1,50m x 2,10m
J1	3,00m x 0,50m (anelas em fio)
J2	2,50m x 0,50m (anelas em fio)
J3	2,00m x 1,20m (anelas em fio)
J4	2,00m x 0,50m (barrilete)
J5	1,00m x 0,50m (barrilete)
J6	1,20m x 1,20m
J7	3,50m x 1,20m
J8	2,50m x 1,20m
J9	2,50m x 1,20m 0,30m

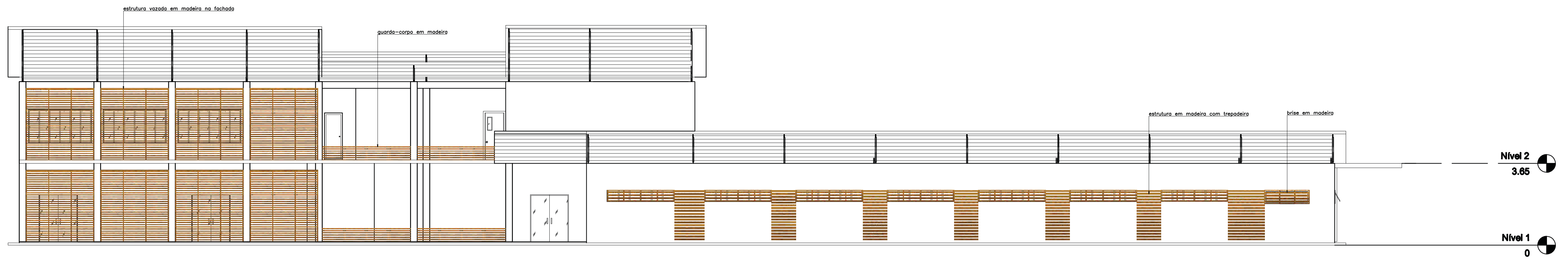


PLANTA DE SITUAÇÃO

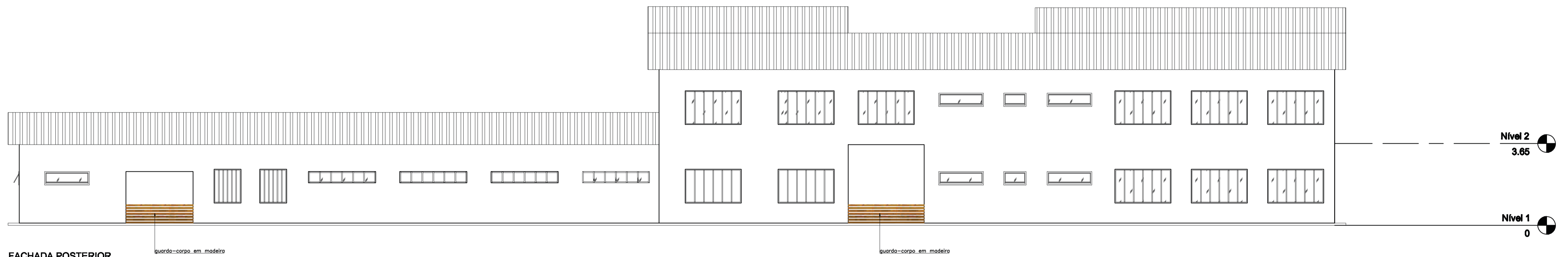
A PARTICIPAÇÃO DO ESTUDO PROJEITO DA TRANSFORMAÇÃO DE UM BARRIO EM UM ESPAÇO DE REQUALIFICAÇÃO

PROJETO DE ARQUITETURA

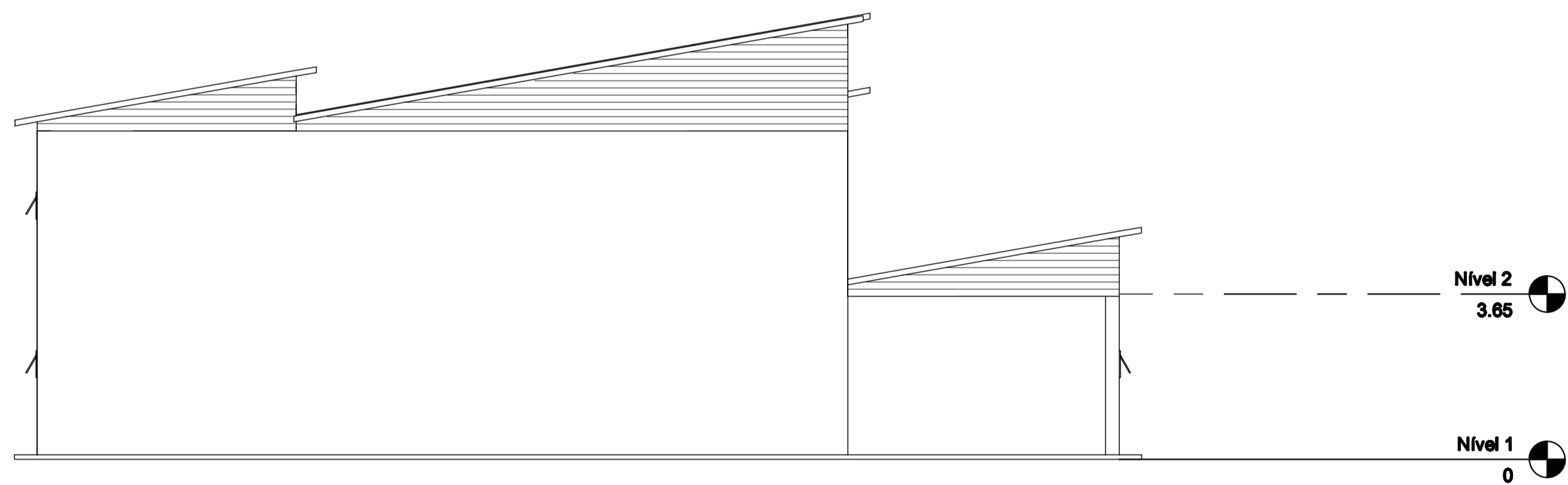
ELABORADO	CRESCHE
CONTEÚDO	PROJETO DE ARQUITETURA
REVISÃO	PROJETO DE ARQUITETURA
APROVADO	PROJETO DE ARQUITETURA
FECHA	01/10/2023
PROJETO	01/10/2



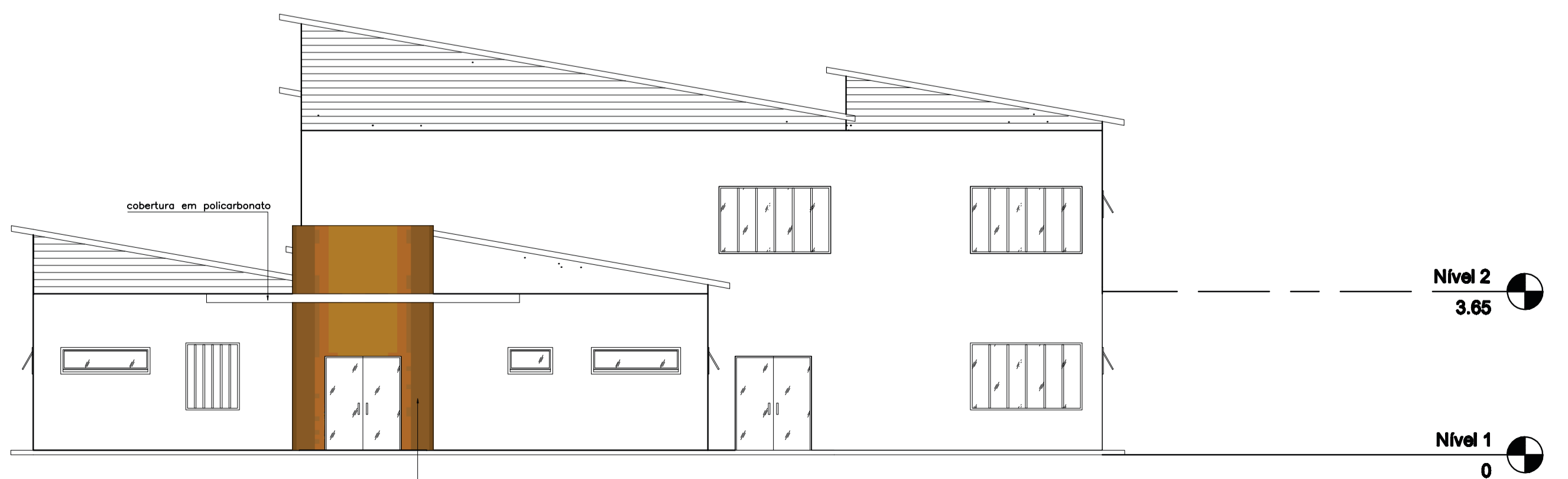
FACHADA PRINCIPAL
esc 1:100



FACHADA POSTERIOR
esc 1:100



FACHADA LATERAL-OESTE
esc 1:100



FACHADA LATERAL-LESTE
esc 1:100




 UNIFAP UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ		
A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: APÓS O REMANEJAMENTO NO CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ, EM MACAPÁ-AP.		
PROJETO DE ARQUITETURA		
ELEMENTO	CONTEÚDO	ARQ
CRECHE	ELEVAÇÕES; VOLUMÉTRICAS;	
FORMATO	ACADÊMICA: KATRÍCIA MILENA ALMEIDA CORREIA ORIENTADOR: AIRES MANUEL FERNANDES	PRANCHA 02/02
A1	ESCALA INDICADA DATA EMISSÃO 22/01/2016	



- LEGENDA/CONVENÇÕES GERAIS**
- MUCUJÁ (*Acrocomia aculeata*)
 - CITI (*Swartzia tomentosa*)
 - IPÊ AMARELO (*Tabebuia chrysocarpa*)
 - LOUREIRA (*Curatella americana L.*)
 - FORRAÇÃO
 - × ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 - MOBILIÁRIO
 - PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA-TIPO 1
 - PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA-TIPO 2
 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA


R.D. AMAZONAS



UNIFAP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

CONEXÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: APÓS O REMANEJAMENTO NO CONJUNTO HABITACIONAL MUCUJÁ, EM MACAPÁ-AP.

PROJETO URBANO

ELEMENTO IMPLANTAÇÃO GERAL-NÚCLEO	CONTEÚDO IMPLANTAÇÃO GERAL DO PROJETO URBANO.	URB
 <small>ACADÊMICA: KATRÍCIA MELENA ALMEIDA CORREIA ORIENTADOR: AIRES MANUEL FERNANDES</small>	<small>ESCALA: 1:750 DATA EMISSÃO: 22/01/2016</small>	<small>FRANCA: 01/01</small>
<small>FORMATO</small> A0		